

# m@Dialogico

Revista do Movimento do Ministério  
Público Democrático - Ano IV - nº12  
[www.mpd.org.br](http://www.mpd.org.br)

## Desenvolvimento Sustentável

Conscientização para resolver este quebra-cabeça



**Aquecimento global:**  
leia sobre o maior vilão do planeta

**Mudando hábitos:**  
como praticar o consumo  
sustentável

**Um economista a favor do  
meio ambiente:**  
José Eli Lopes da Veiga

Leia sobre a atuação do Ministério Público na área ambiental

O programa que mostra a  
verdadeira novela brasileira.



TV Comunitária de São Paulo - Domingos, às 22h30

TV Justiça - Terças-feiras, às 20h - Sextas-feiras, às 10h30 - Sábados, às 10h



## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável é um dos temas mais universais da nossa atualidade. O assunto em discussão abrange as mudanças climáticas cada vez mais intensas e devastadoras e suas conseqüências para o equilíbrio dos recursos naturais, para a vida humana e para a própria consecução das atividades econômicas.

Nas últimas décadas a preocupação social com o meio ambiente vem sofrendo um aumento constante. Encontros de âmbito mundial como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Rio, 1992) demonstraram diferentes fases de percepção da sociedade civil sobre a relevância das negociações internacionais como instrumentos de consolidação de conceitos e princípios que podem ter reflexos ambientais diretos sobre a vida humana.

Tanto é que foi durante a Conferência do Rio, a ECO 92, que se consagrou o conceito de "desenvolvimento sustentável", idéia que encerra o equilíbrio entre os aspectos econômico, social e ambiental.

O tema, sem dúvida, assumiu grau de extrema complexidade nos últimos tempos, pois a questão do impacto das alterações climáticas no mundo, que antes se mostrava circunscrita a discussões de ordem técnica e científica, atualmente se encontra em um contexto muito mais amplo, com importantes ramificações nas áreas política, econômica e social.

Assim, o desafio imposto às gerações atual e futura reside na necessidade de compatibilizar a proteção específica do meio ambiente, sob as suas diversas formas, e o necessário incremento econômico do Brasil, encarado como país em franco desenvolvimento. Para tanto, assumem cada vez mais relevância os mecanismos internacionais de mercado inovadores, tais como o Comércio de Emissões (CE), a Implementação Conjunta (IC) e os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), trazidos pelo Protocolo de Kyoto.

Dentre os últimos merecem especial destaque a coleta de biogás de aterros sanitários realizados com resíduos sólidos urbanos, os projetos de geração a partir de fontes de energias renováveis para suprimento à rede de energia elétrica, o emprego de combustíveis líquidos renováveis, como o biodiesel, e o potencial de redução de emissões proporcionado por projetos de florestamento e reflorestamento.

Muitas dessas possibilidades são factíveis em larga escala e a baixo custo.

Unidos à eleição de prioridades nacionais, bem como à formulação de políticas públicas que considerem a visão sistêmica das questões climáticas, esses mecanismos representam instrumentos para a prática do efetivo desenvolvimento social e econômico sustentável em nosso país.

**mDialógico**

DIALÓGICO: DO GREGO DIALOGIKÓS,  
ADJETIVO RELATIVO A DIÁLOGO;  
EM FORMA DE DIÁLOGO; DIALOGAL.  
PALAVRA DO UNIVERSO VOCABULAR DO  
MESTRE PAULO FREIRE.

REVISTA MPD DIALÓGICO – ANO IV, N. 12  
Tiragem: 5.000 EXEMPLARES  
Distribuída gratuitamente

MOVIMENTO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DEMOCRÁTICO  
Rua Riachuelo, 217 – 5º andar  
CEP 01007-000 – Centro – São Paulo – SP  
Tel./fax: (11) 3241-4313  
www.mpd.org.br  
dialógico@mpd.org.br

CONSELHO EDITORIAL:  
Ailton Florentino de Barros  
Alberto Carlos Dib Júnior  
Alexander Martins Matias  
Anna Trotta Varyd  
Antonio Alberto Machado  
Antonio Visconti  
Carlos Gilberto Menezello Romani  
Ela Wiecko Volkmer de Castilho  
Fernando Masseli Helene  
Inês do Amaral Büschel  
Inês Virginia Prado Soares  
Jaqueline Lorenzetti Martinelli  
Luiz Alberto Esteves Scaloppe  
Manoel Sérgio da Rocha Monteiro  
Maria Izabel do Amaral Sampaio Castro  
Nelson Roberto Bugalho  
Neudival Mascarenhas Filho  
Paula Bajer Martins da Costa  
Plínio de Arruda Sampaio  
Roberto Livianu  
Samuel Sérgio Salinas  
Valderez Deusdedit Abbud

DIRETORIA  
PRESIDENTE  
Anna Trotta Varyd  
VICE-PRESIDENTE  
Alexander Martins Matias  
TESOUREIRO  
Daniel Serra Azul Guimarães  
SEGUNDA-SECRETÁRIA  
Beatriz Lopes de Oliveira

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO  
Edição: Carolina Stanisci (Mtb 40506)  
Estagiário: Diego Cordeiro  
Projeto Gráfico e Capa:  
TORO estratégia em comunicação  
Diagramação: Mauricio Stoppa  
Ilustrações: Thiago Lobo

CTP, Impressão e Acabamento:

**imprensaoficial**

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Impresso em março de 2007.

As opiniões expressas nos artigos são  
da inteira responsabilidade dos autores.



## HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1968	1972	1974	1982	1983	1984
Fundação do Clube de Roma, agremiação de cientistas e economistas europeus para debater a interação entre economia e meio ambiente.	A ONU organiza a Conferência de Estocolmo, na Suécia. Resultado: criação da "Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano", ampliando a preocupação com o meio ambiente, o modelo de crescimento e o uso dos recursos naturais.	O ambientalista Lester Brown cria o Worldwatch Institute, organização independente que se dedica a pesquisas sobre desenvolvimento sustentável.	A ONU publica a "Carta da Natureza" para chamar a atenção para nossa dependência dos ecossistemas e defender todos os tipos de vida.	A ONU cria a "Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento", liderada por Gro Harlem Brundtland, para formular propostas para os problemas detectados e criar redes de cooperação.	É publicado o primeiro "State of The World Reporter" pelo Worldwatch Institute. Esta série de relatórios se transforma no ponto focal mais importante sobre as relações entre a economia e seus impactos ambientais.

para que se consuma mais etanol em seu país. Bush pretende diminuir o consumo de gasolina nos EUA em 20% na próxima década.

No Brasil, investe-se no biodiesel. O combustível é produzido a partir de fontes renováveis como o etanol no lugar do metanol, combinadas a um óleo de origem vegetal, como a mamona, a soja e o girassol, ou óleo animal, como o sebo. "É uma faca de dois gumes", afirma a bióloga Cristina Azevedo, em relação ao biodiesel.

"Se por um lado o biocombustível é uma fonte de energia alternativa importante, por outro é necessário analisar o impacto socioambiental, principalmente no caso de extensas monoculturas."

Cristina exemplifica: o agricultor que planta, digamos, arroz, feijão e mandioca para sua subsistência e passa a plantar apenas mamona sofrerá impacto. Se muitos fizerem o mesmo, a agricultura familiar no país sofrerá um impacto gigantesco que não pode ser deixado de lado. Ao que parece, não é simples substituir o petróleo ou conseguir novas fontes de energia.

### Reserva de biosfera

Segundo José Eli Lopes da Veiga, um grave problema ambiental, talvez o mais grave em seguida do aquecimento, é a contaminação das águas. Resultado da ocupação desordenada de áreas urbanas e rurais e do uso equivocado do solo, o problema é familiar para os leitores de jornal em São Paulo, onde o entorno de áreas de mananciais é ocupado por milhares de pessoas.

A construção do trecho sul do Rodoanel, por exemplo, criou uma polêmica entre o governo e organizações da sociedade civil por conta do impacto que terá na Ba-

cia da Billings, um dos maiores mananciais de água que abastecem a região metropolitana de São Paulo.

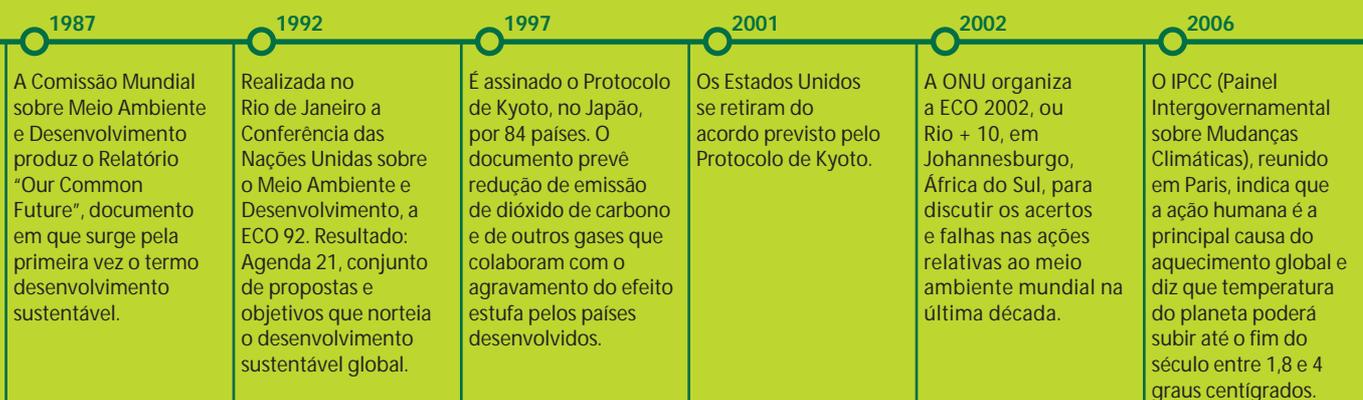
O Instituto Socioambiental publica em seu endereço na Internet ([www.isa.org.br](http://www.isa.org.br)) textos explicando o impacto da obra no trecho sul da cidade. O Rodoanel cortará os municípios de Embu, Itapeverica da Serra, São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André, Ribeirão Pires e Mauá e, em São Paulo, passará pelos bairros do Grajaú, Jardim Ângela e Parelheiros.

Ministério Público e muitas organizações não-governamentais questionaram a obra do Rodoanel sob os mais diversos aspectos. "Foram muitas ações civis públicas, tanto do MP estadual como do federal", lembra a desembargadora do Tribunal Regional Federal Consuelo Yoshido, a quem coube julgar uma ação movida pelo MP federal que questionava os termos do licenciamento da obra em 2003.

"A discussão era sobre quem faria o licenciamento", lembra Consuelo, que também é professora de direito ambiental na PUC-SP.

Na ação, o MP queria que o Ibama também participasse do licenciamento da obra, uma vez que o entorno da construção do Rodoanel é uma "reserva de biosfera", termo da Unesco que define ecossistemas reconhecidos internacionalmente como áreas em que o uso sustentável e a preservação ambiental devem ser harmonizados.

Consuelo conta que teve medo de que, se a ação prosseguisse e subisse ao STF, o licenciamento nunca seria feito e a obra estaria parada até hoje. Foi, portanto, feito um acordo entre as partes (Ministério Público, Ibama e Estado de São Paulo), e o Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, foi supervisionado de perto pelo Ibama.



"É importante pesar o custo social, ambiental e econômico na tomada de decisões", afirma Consuelo.

### Perda de biodiversidade

"O desmatamento é iniciado pelo madeireiro, que abre estradas até áreas de exploração. Essas estradas servem depois para a expansão da fronteira agrícola, na qual milhares de lavradores são empurrados para ocupar as terras baratas da Amazônia. É a síntese da destruição da Amazônia: corte de madeira, gado e, depois, soja."

A frase acima, que poderia sair da boca de algum ambientalista, foi dita pelo promotor de Justiça em Rondônia Pedro Abi-Eçab. Ele revela um tema caro ao desenvolvimento sustentável, a perda de biodiversidade, que ocorre por vários motivos, entre eles, o desmatamento.

Titular da Promotoria de Justiça de Guajará-Mirim, ele diz que a maior parte dos trabalhos do MP na área ambiental no local é relacionada à proteção das Unidades de Conservação inscritas na Lei 9795/99 e ao combate à exploração ilegal de madeira. O problema todo, resume o promotor, é também "cultural".

Cultural porque talvez os brasileiros tenham herdado um hábito desenvolvimentista que privilegie construções, queimadas e indústrias. Tudo isso, é claro, tem um preço.

O derrubamento de árvores na Amazônia, por exemplo, é responsável por dois terços da emissão de gás carbônico no Brasil.

E o preço que tem sido cobrado na região central do país é alto. A bióloga Cristina Azevedo afirma que a perda de biodiversidade na área de cerrado é enorme por conta da invasão indiscriminada de terras por plantações de soja. Quando se perde biodiversidade também se perde toda uma cultura local, lembra a bióloga. E o caso é grave. Segundo pesquisa divulgada recentemente pela Embrapa, apenas 61,2% da cobertura do cerrado foi preservada.

### O EFEITO ESTUFA

Quando a radiação solar entra na atmosfera da Terra, parte dos raios que incidem sobre o planeta é absorvida e o aquece; outra parte volta para o espaço. A atmosfera é composta por vários gases, inclusive o dióxido de carbono. Esses gases têm o papel importante de reenviar os raios infravermelhos para a Terra, aquecendo-a. Se os gases são emitidos em excesso, o aquecimento da Terra acaba também sendo demasiado.

emancipação, Direitos, Justiça, Liberdade, Cidadania, Sustentabilidade, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade, Humanização, Qualidade de Vida, Saúde, Educação, Trabalho, Cultura, Paz, Igualdade, Inclusão, Resiliência, Inovação, Sustentabilidade, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade, Humanização, Qualidade de Vida, Saúde, Educação, Trabalho, Cultura, Paz, Igualdade, Inclusão, Resiliência, Inovação

## CONSUMO SUSTENTÁVEL: COMPRE ESTA IDÉIA

Você sabia que 97% da água existente no planeta é salgada? E que, da água doce, apenas 1% é acessível e está armazenada em lençóis subterrâneos, rios e lagos? Se tiver sempre em mente essa informação, você passará a economizar água? E será que passará a apagar mais as luzes de casa ao descobrir que a energia elétrica não é um bem infinito?

Se essas perguntas já passaram pela sua cabeça, talvez você seja um consumidor “consciente” como 6% da população brasileira. O número foi apurado em pesquisa realizada pelo Instituto Akatu pelo Consumo Consciente em 2004.

A associação, criada em 2001 para fomentar o consumo sustentável e a responsabilidade social de empresas, descobriu que há 4 perfis de consumidor que variam independentemente da renda. “Essas pessoas [consumidores conscientes] estão fazendo coisas sem pensar apenas em seu bolso”, diz Helio Mattar, presidente do Akatu.

A pesquisa apontou que, se por um lado, 6% dos brasileiros são consumidores “conscientes” e 37% “engajados”, a maioria não se conscientizou, sendo considerada “iniciante” (53%) e “indiferente” (3%).

Uma nova pesquisa sobre o consumidor brasileiro será divulgada pelo Akatu no primeiro semestre de 2007. Mattar, porém, não está otimista. Ele diz acreditar que o grau de consciência dos consumidores pode diminuir e lembra que, na ocasião da primeira pesquisa, o país sofria os efeitos do Apagão e a economia mundial não estava tão estável como hoje. Tudo isso fazia com que o brasileiro economizasse energia, por exemplo.

E o que faria o brasileiro mudar seus hábitos de uma vez? “O primeiro passo é pensar se o que se consome é mesmo necessário”, afirma Mattar, indo na contramão do apelo publicitário de que todos são alvo, mas ressaltando que, com tantas notícias sobre aquecimento global, talvez seja a hora de o brasileiro consumir com consciência.

### Dicas de como praticar o consumo sustentável no dia-a-dia\*

**Não deixe a torneira ligada durante a escovação de dentes, apenas use a água para bochechar**

**Produza menos lixo: a decomposição emite metano (CH4), gás que contribui para o efeito estufa**

**Compre produtos com pouca embalagem ou que sejam envoltos por embalagem reutilizável ou reciclável**

**Não use todos os aparelhos eletroeletrônicos ao mesmo tempo; além de poupar, você estará ajudando a evitar a construção de novas hidrelétricas e diminuirá a exploração de fontes de recursos não-renováveis, como o petróleo**

**Se usar a máquina de lavar louça, ligue-a somente quando estiver com toda a sua capacidade preenchida; o mesmo para a máquina de lavar roupa**

**Não fique horas no banho; se não puder ficar apenas 5 minutos, tente diminuir aos poucos a permanência debaixo do chuveiro**

**Não lave o chão do seu quintal com água diariamente; se precisar, use a água que usou para lavar as roupas**

**Não abra a geladeira e fique meditando à sua frente; apenas pegue o necessário e feche-a imediatamente, o seu bolso será o primeiro a agradecer**

**Não use o ferro elétrico quando todos os outros aparelhos estiverem ligados em sua casa; você pode aproveitar o calor do ferro após desligá-lo para passar muitas roupas**

**Evite lavar o carro com mangueira o tempo todo; prefira baldes cheios de água**

**As plantas não precisam ser regadas em suas folhas; basta molhá-las a partir da base**

**Não jogue nunca lixo na rua; o mesmo vale para lixo dentro de locais como bares; saiba que bitucas de cigarro podem ser levadas pelo vento para o meio ambiente**

**Compre livros feitos com papel reciclado**

\*Fonte: Ministério do Meio Ambiente e Idec.

## O CIDADÃO ECOLOGICAMENTE CORRETO

Por Diego Cordeiro

Mais um dia comum: trabalho, trânsito etc. O cidadão entra em casa e acende a luz da sala. Vai ao quarto e acende outra luz. Troca de roupa e volta à sala, onde liga a televisão. Vai para a cozinha, abre a geladeira. Pensa se tem ou não fome em frente ao eletrodoméstico escancarado. Decide tomar um banho e, do banheiro, escuta o noticiário dizendo que a temperatura na Terra tem se elevado gravemente. Olhando no espelho, especula: "O que será que estão fazendo para mudar isso?". Mal sabe o incauto cidadão que grande parte da solução está à sua frente.

Este não é o caso de Marcelo Theoto Rocha, 35. Engenheiro agrônomo, doutor em economia aplicada e consultor da ONU no monitoramento de emissão de CO2 de países desenvolvidos com metas a cumprir, desde cedo se interessa pela causa ambiental e tem um argumento categórico na ponta da língua: "Para cobrar o governo e as empresas, precisamos fazer a nossa parte".

A preocupação com o meio ambiente começou no doutorado na USP. A universidade promovia um programa de reciclagem que despertou o pesquisador para os problemas ambientais.

Mas foi muito antes de seus estudos que Marcelo, nascido em Holambra (SP), procurou se pautar pelo comportamento ecologicamente correto. Habitado a reciclar o lixo, o pesquisador ampliou suas ações ambientalistas especialmente após o Apagão.

"Conforme as coisas acontecem, as pessoas ficam alertas." Marcelo trocou o freezer de casa e usa a máquina de lavar com a capacidade máxima e não usa microondas. "Os banhos também são rápidos", diz.

O engenheiro foi mais longe: não usa mais o seu carro pela cidade. "Quantas pessoas vivem em São Paulo e quantas têm carro? A diferença é que eu escolhi usar o transporte público", explica. "Eu me estresso menos", comemora ele, que calcula economizar cerca de 12 mil reais por ano, já descontado o gasto com o transporte.

Casado, Marcelo diz que sua mulher o apóia em todas as iniciativas. "Ela apóia, mas diz que é 'menos sustentável' que eu", diverte-se. O pesquisador conta que sua nova empreitada em prol do meio ambiente será a construção de uma casa com aproveitamento de energia solar e da água da chuva, feita com madeira certificada e outros quesitos.

"Isso tudo tem que ficar dentro do orçamento", conta. Ele espera que essa atitude ajude na futura educação da filha de um ano e cinco meses. "Vou procurar uma escola que tenha essa preocupação ambiental", afirma, com fôlego para convencer muitas outras famílias da importância da causa ambiental.

Marcelo optou por usar o transporte público, recicla lixo e economiza energia elétrica



Diego Cordeiro

emancipação  
 rusa do cinema  
 UNICEF  
 liberdade  
 qual a vida

Ata

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: “NÓS NÃO SOMOS ETERNOS”

Por Carolina Stanisci

Quando o assunto é desenvolvimento sustentável, José Eli Lopes da Veiga não reza segundo a cartilha dos ambientalistas em geral. Autor de livros como “Meio Ambiente e Desenvolvimento” (ed. Senac, 2006), o professor de economia na USP estuda a interação entre o meio ambiente e a economia há anos e afirma que, apesar dos relatórios divulgados pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) sobre o aquecimento global, ainda não existe certeza científica de que o problema tenha como causa a ação humana. E vai além. Para o professor, George W. Bush, presidente dos EUA, foi injustamente transformado em “bicho-papão” por não ter assinado o Protocolo de Kyoto pois o país nunca teve a intenção de diminuir as emissões de carbono. “Os Estados Unidos nunca tiveram maioria no Congresso para aprovar o Protocolo”, diz. Veja a seguir os principais trechos da entrevista em que Veiga discorre sobre a criação do IDH, sobre fontes alternativas de energia e até sobre o fim da espécie humana no planeta.

**Fale um pouco sobre desenvolvimento sustentável, por favor.**

JOSÉ ELI: Se pegarmos o “desenvolvimento” sem adjetivo, veremos que existem problemas em torno da noção. Quando o termo foi adotado de fato e passou a ser usado como ele é usado hoje, depois da Segunda Guerra Mundial, ele representava as noções gerais do que as Nações Unidas [ONU] procuravam. Antes da guerra, a expressão “progresso material” era muito mais usada do que “desenvolvimento”. Todos na época supunham que o desenvolvimento decorria do crescimento econômico. Nos anos 1950 os paí-

ses que mais cresceram e tiveram um desempenho positivo do ponto de vista do crescimento do PIB, entre eles o Brasil, que na década de 1950 teve um crescimento fenomenal, não apresentavam outras características que todos estavam acostumados a associar com o desenvolvimento, como a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade, o acesso à educação e cultura, a democracia. Esses fatores não ocorriam necessariamente quando havia crescimento.

**O debate foi em relação a crescimento versus desenvolvimento?**

JOSÉ ELI: Esse período foi confuso. Uma grande economista de Cambridge, Joan Robinson, disse a uma platéia: “Desenvolvimento é como um elefante: muito difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer”. E esse era o problema. Quando vamos a um país desenvolvido percebemos, mas definir claramente o que é [desenvolvimento] não é uma coisa simples. Esse debate durou muito tempo até que no final do século passado um paquistanês teimoso, Mahbud ul Haq, que tinha trabalhado a vida toda no Banco Mundial e na África, convenceu-se de que não haveria condições de mudar nada nesse debate se não houvesse uma medida de desenvolvimento. Isto é, todo mundo discutiria, concordaria que desenvolvimento é diferente e na hora “h” todos usariam o PIB per capita como critério. Porque era isso o que se tinha. Mahbud é o grande idealizador do IDH [Índice de Desenvolvimento Humano], que passou a ser uma medida muito mais razoável de desenvolvimento.

**Li um artigo em que o sr. criticou o PIB como critério de medida de crescimento.**

JOSÉ ELI: Eu entendo que o PIB mede mal o crescimento e a riqueza. Mas o IDH pode ser entendido como uma boa medida de desenvolvimento. O que vale ressaltar é que um dos principais teóricos do desenvolvimento, Amartya K. Sen, ganhador do Nobel de 1998, foi um dos economistas premiados mais contestados. A revista “The Economist” achincalhou o fato de ele ter ganhado o Nobel. Ele passou a vida estudando a pobreza e tem um livro muito bonito chamado “Desenvolvimento como Liberdade”. Eu digo isso, particularmente, pois eu poderia ter pulado essa parte, mas para quem mexe com direito essa é a questão fundamental. A referência, sobretudo para quem está na área de direitos humanos... O conceito de desenvolvimento foi desenvolvido principalmente por Amartya K. Sen. A tese que ele defende é de que o desenvolvimento é o processo de expansão

José Eli diz que o termo “desenvolvimento sustentável” banalizou-se

da liberdade humana. Uma definição diferente daquelas que você irá achar nos livros de economia, seja o que for. Por pensar assim, Sen era contra a criação de um indicador.

### **Ele ajudou a elaborar o IDH e era contrário ao índice?**

JOSÉ ELI: No início ele era contra. O Mahbud chamou uns dez economistas de primeira, entre eles o K. Sen, que foi até lá para dizer que era contra a idéia. O desenvolvimento é um processo tão multidimensional que seria difícil traduzir isso em um índice. A figura que usamos para explicar isso é a seguinte: não é possível pilotar um avião criando uma síntese de todos aqueles dados que estão no painel do piloto. O piloto precisa monitorar o avião olhando para todas aquelas coisas. Monitorar ou medir o desenvolvimento exigiria uma coisa semelhante. E não adianta você falar para tirar uma média de todos esses indicadores, pois eu não entraria nesse avião. Mas o Mahbud estava convencido disso que eu falei inicialmente. Mesmo que essa síntese não seja perfeita, se ela não for feita o PIB per capita vai continuar a ser usado como medidor do desenvolvimento. Dessa forma K. Sen foi vencido nessa discussão e 10 anos depois ele escreveu uma carta para o PNUD, publicada juntamente com o relatório anual da entidade sobre o desenvolvimento humano, dizendo que ele dava graças a Deus pelo fato de ter sido vencido nessa discussão.

### **E como prosseguiu o IDH?**

JOSÉ ELI: Foi feito com certa simplicidade de propósito. Como temos quase 200 países no mundo, o Índice não pode ser muito sofisticado porque muitos países não teriam as estatísticas necessárias para elaborar o Índice. Além disso, depois de muito discutir, chegou-se à conclusão de que, mesmo que o desenvolvimento tenha que ser visto como uma coisa multidimensional, você deve se perguntar quais são as dimensões básicas. Tudo bem que o desenvolvimento tenha 50 dimensões, mas algumas são condições *SINE QUA NON*. Ou seja, as outras nunca serão atingidas sem passarmos por essas. Chegou-se à conclusão de que essas condições prévias eram três: ter uma vida longa e saudável, ter acesso à educação e de ter uma renda mínima que permita uma vida digna. São essas as três principais condições do Índice, que aparentemente é muito simplório por ser o resultado da média aritmética

dessas dimensões. Durante muito tempo, eu achei que isso era ruim. Mas quanto mais os anos vão passando, mais a gente vai percebendo o contrário. O IDH é um índice muito bem feito.

### **E o termo desenvolvimento sustentável, que surgiu no Relatório Brundtland, da ONU?**

JOSÉ ELI: Na verdade, surgiu antes do Relatório Brundtland, o documento da ONU. A expressão começou a surgir no final dos anos 1970.

### **O termo era restrito aos meios acadêmicos?**

JOSÉ ELI: Eram discussões na ONU que, embora feitas por acadêmicos, ainda não tinham penetrado nas universidades. A expressão ganhou certo relevo com o Relatório Brundtland, que é de meados dos anos 1980, e foi consagrada na ECO 92. Hoje o adjetivo "sustentável" é usado de forma tão banal que experimentamos um fenômeno que conhecemos por amnésia da origem. Eu até brincava com os alunos: "Não vai ser difícil vocês ouvirem alguém comentando algum casamento de famosos e dizendo que foi um casamento sustentável". Eu cheguei a receber um telefonema de um cara que estava procurando alguém para fazer conferências sobre relacionamento sustentável. E eu, surpreso, perguntei a ele: "O que quer dizer relacionamento sustentável?". Ao que ele respondeu: "Quer dizer isso, relacionamentos humanos e como eles podem ser sustentáveis".

### **O termo se banalizou...**

JOSÉ ELI: A banalização nos fez esquecer da origem do termo. Ele surgiu de um debate científico a respeito de atividades, especialmente extrativas, como a pesca, o manejo florestal e a agronomia. Todos fizeram um esforço muito grande para calcular o seguinte: quanto posso pescar sem comprometer a reprodução de um cardume? Quanto posso retirar de nutrientes da terra sem que ela deixe de produzir?

### **Esse pessoal das atividades extrativas já falava em desenvolvimento sustentável antes da ONU?**

Isso era pesquisado da seguinte forma: qual é o manejo sustentável de um solo? Qual é o manejo sustentável de um cardume? Qual é o manejo sustentável de uma floresta?

Democracia, Direitos, JUSTIÇA, Responsabilidade, Humanização, Igualdade, Cidadania, Justiça, Humanização

## **Eles faziam isso já pensando no impacto no manejo florestal...**

JOSÉ ELI: A preocupação não era com o impacto. Era uma preocupação, antes de mais nada, produtivista. Como é que o meu sistema produtivo pode permanecer e até onde eu posso extrair sem comprometer a continuidade? Você vê que era uma discussão de grupos de cientistas. E o adjetivo sustentável, e raramente o substantivo sustentabilidade, era usado nesse sentido e era muito restrito. Até que nos debates sobre meio ambiente na ONU alguém falou: "Tudo bem em relação ao desenvolvimento, mas ele tem que ser sustentável". Agora como é que eu raciocino o processo global de desenvolvimento? Uma coisa é discutir com você quantas árvores posso tirar por ano de uma floresta sem comprometer o ecossistema. Ou quanto posso plantar e tirar de elementos nutritivos do solo sem comprometê-lo. E esse era o raciocínio. Essa palavra foi transferida durante esses debates por alguém que disse: "O processo de desenvolvimento ao qual vocês estão se referindo, seja qual for a concepção que se tenha de desenvolvimento, tem que ser sustentável". Isso foi ganhando muita importância por corresponder a um desejo das pessoas que, na verdade, era o seguinte: solucionar o grande impasse do debate inicial dos ambientalistas dos anos 1970, em que não se podia mais crescer economicamente. Você não se lembra do famoso "crescimento zero"?

## **Quando foi isso?**

JOSÉ ELI: Foi nos anos 1970, quando todas essas preocupações começaram a crescer. Houve o famoso relatório do Clube de Roma. Um grupo de cientistas americanos tinha feito cálculos a partir de um modelo montado no Haiti. Chegaram à conclusão de que, se tudo continuasse como estava no correr dos anos 1960, nós não chegaríamos aos anos 2000, porque faltariam cobre, água, petróleo etc. Criou-se a idéia de que tudo iria se esgotar. O modelo deles estava errado, porém criou um grande alarme. Foi encomendado um relatório para o Clube de Roma e surgiu essa idéia de crescimento zero. Começou um grande debate mundial a respeito disso, que acabou por separar as pessoas entre aquelas que queriam continuar com o crescimento e aquelas que queriam preservar o meio ambiente.

## **Alguns ideólogos dizem que o conceito "desenvolvimento sustentável" é uma armadilha inventada pelo capitalismo, o sr. concorda?**

JOSÉ ELI: Não sei o que essas pessoas entendem por conceito. Eu estou me referindo a um conceito científico. Quando eu digo que alguma coisa é um conceito e é científico, dificilmente a gente não se entende sobre ele. Eu posso pensar

pela esquerda e você pela direita. E quando nós falarmos essa palavra, nós estamos dizendo a mesma coisa. Por exemplo, eu posso ser marxista e você capitalista, mas quando nós falarmos a palavra "capital", ou "trabalho", ou "recursos naturais", nós estamos falando da mesma coisa. Desenvolvimento sustentável não é assim. Eu nem comecei a falar, mas há pelo menos nove maneiras de se entender o termo.

## **Qual é a sua maneira de entender o "desenvolvimento sustentável"?**

JOSÉ ELI: Eu insisto que [desenvolvimento sustentável] não é um conceito, e sim uma noção importante e útil e que aponta para uma nova utopia. E aí temos que nos entender sobre o significado de "utopia", que é uma palavra perigosíssima. Eu entendo que utopia seja um conjunto de idéias sobre as quais uma sociedade alicerça suas esperanças. Se alguém conseguir me provar que é possível a gente viver sem esperança, é muito diferente.

## **São valores que almejamos?**

JOSÉ ELI: Esse é o sentido da expressão desenvolvimento sustentável. Ela não teria surgido se nós não estivéssemos realmente com problemas objetivos muito sérios em termos do tempo que a espécie humana vai continuar no planeta. A questão também é essa, que muita gente não percebe, a espécie humana não é eterna.

## **Isso é uma certeza científica?**

JOSÉ ELI: Com certeza. Ou vai acabar o sol. E se nós não tivermos mudado da Terra e colonizado outros planetas vamos desaparecer. E antes, bem antes de acabar o sol, qualquer noção que se tenha da teoria da evolução da raça humana basta que sejamos uma espécie como as outras. Não há nenhuma espécie eterna. Estou falando em um prazo de bilhões de anos. Seja a morte térmica, seja uma extinção anterior, temos um prazo de bilhões de anos. O que estamos discutindo é que, dependendo do que fizermos com o planeta, nós vamos abreviar esse tempo.



### **O sr. achou o resultado do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC, divulgado em Paris, exagerado?**

JOSÉ ELI: Aparentemente, o relatório que eles acabaram de divulgar confirma o anterior. O terceiro foi publicado em 2001, e o quinto vai ser produzido em 2012. Tudo para se ter idéia do tempo que é necessário para fazer todos esses cálculos, e a complicação que são esses modelos.

### **Quantos cientistas participaram do que foi produzido agora?**

JOSÉ ELI: Dois mil, se você contar também quem lida indiretamente com esse assunto, quem revisa os textos, quem dá liga. O núcleo dos grandes climatologistas que estão no centro do relatório conta com cerca de 200 pessoas.

### **Há brasileiros entre eles?**

JOSÉ ELI: Há o Carlos Nobre, que é do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais], há uma pessoa que quase não fala com a imprensa, uma climatologista. Esses estão no núcleo que chegou a se reunir para divulgar o relatório. Mas durante o processo, quando rodam um modelo e fazem determinadas previsões, isso circula entre eles. Mais pessoas lêem para ver se encontram erros de cálculo ou no modelo. Para ver se as hipóteses estão corretas. A rigor, são 2 mil pessoas envolvidas no mundo todo, pois é uma coisa da ONU. Foi confirmada boa parte das previsões de 2001, e o relatório precisou algumas coisas. Por exemplo, quando dizemos que provavelmente a elevação será de 3 graus no decorrer do século, dizemos com mais certeza do que antes. Mas tem um problema aí, e eu sou contra a corrente, pois as pessoas preferem não falar.

### **Qual é o problema?**

JOSÉ ELI: O problema é o seguinte: nós temos certeza absoluta que o aquecimento está ocorrendo. Isso é unanimidade.

### **E que o homem é a causa desse aquecimento...**

JOSÉ ELI: Isso não é uma certeza. Existe um grupo de cientistas, principalmente russos, que insiste que as causas naturais são cinco vezes mais importantes que a contribuição humana. Por exemplo: o ciclo solar e fenômenos solares que aquecem o planeta e erupções vulcânicas e submarinas, para citar dois dos fatores naturais.

### **Mas isso não é muito falado na mídia.**

JOSÉ ELI: Não é nem um pouco falado porque eles são uma minoria da minoria. Você tem 2 mil que se juntam na ONU para dizer uma coisa. Aí você tem 10 cientistas russos dizendo o contrário.

### **O sr. é filiado a essa corrente russa?**

JOSÉ ELI: Não. Eu simplesmente leio publicações científicas e tenho essa informação. Eles acabaram de publicar um artigo em uma revista muito boa que se chama "Environmental Geology", revista de geologia ambiental. E continuam insistindo nessa tese. Eu não tenho preparo em geologia, física ou climatologia para saber se eles têm razão ou não. Só que eu aprendi uma coisa: em ciência não é a maioria que faz. Há essa dúvida e isso explica em grande parte toda a discussão que houve em Paris para se dizer o grau de certeza de que nós somos os principais responsáveis. Eles iriam dizer que "provavelmente" ou "muito provavelmente". Provavelmente significa que nós temos de 60% a 90% de chance. Muito provavelmente significa que a nossa certeza é de mais de 90%. E eu fico com 10% de dúvida.

### **E qual foi a conclusão do IPCC? De que "provavelmente" ou "muito provavelmente" o homem é responsável pelo aquecimento global?**

JOSÉ ELI: Eles acabaram colocando muito provavelmente.

### **E o que deve ser feito para diminuir os efeitos do aquecimento global?**

JOSÉ ELI: Aí eu entro direto na área do direito, que engloba essa idéia do princípio de precaução. Se você está diante de uma incerteza científica, tem de se pautar pela pior hipótese. Outro dia eu vi um exemplo bem dado. Eu vou para uma região que tem malária, mas eu tenho certeza de que vou pegar malária? Não. Mas eu vou para lá sem tomar vacina? O raciocínio é o mesmo, mas em menor complexidade. Tomar ou não tomar um remédio é uma coisa diferente...

### **No caso do aquecimento global é uma decisão global.**

JOSÉ ELI: Exatamente. E muito complexa. A decisão que foi tomada em 1995 foi fazer de tudo para reduzir as emissões e para reduzir as emissões os países estabeleceram uma meta.

Democracia, Direitos, JUSTIÇA, Responsabilidade, Humanização, Cidadania, Igualdade, Bem-estar, Justiça, Humanização

## Em 1995?

JOSÉ ELI: Refiro-me ao Protocolo de Kyoto, que saiu um pouquinho depois, em 1997. Mas em 1995 já havia sido definido em reuniões internacionais que a linha tinha que ser estabelecer metas.

## Tudo isso foi logo depois da ECO 92.

JOSÉ ELI: Na ECO 92 saiu a Convenção do Clima. Essa Convenção tem que ter reuniões etc. Numa dessas reuniões internacionais pós-Convenção do Clima tomou-se essa linha de que os países tinham que ter metas. Principalmente os que mais tinham contribuído historicamente para a concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera. É muito complicado de coordenar as ações para conseguir isso. Basta um país como os Estados Unidos não querer... Outra coisa que não se informa às pessoas é por que os Estados Unidos não concordam.

## A discordância é anterior ao governo Bush?

JOSÉ ELI: Os presidentes anteriores, basicamente o Clinton, evitavam falar disso porque a questão tinha que ser mandada para o Congresso, que tinha que referendar. O Clinton, sabendo que não teria maioria no Congresso, não mandou. E o Bush, em vez de ficar enrolando, preferiu dizer com todas as letras que não iria por aí. E então virou o bicho-papão. E a verdade é que os Estados Unidos nunca tiveram maioria no Congresso para aprovar o Protocolo de Kyoto por uma série de razões. Uma delas é que quase todos os estudos que foram feitos pelas assessorias mostraram que a economia americana sai ganhando com o aquecimento.

## O aquecimento movimenta a economia?

JOSÉ ELI: Nos cálculos você se pergunta: qual é um dos principais impactos do aquecimento? É que as áreas em que você poderia produzir determinadas coisas, por exemplo, produtos agrícolas, vão se movimentando. Então você tem que calcular o seguinte: o aquecimento global pioraria a produtividade da agricultura de qual país? Não sendo países como Bangladesh, Holanda ou um monte de ilhas que irão desaparecer com a elevação do nível do mar, as tragédias anunciadas, pelo menos no que se refere aos EUA, não impressionam muito eles.

## Já que estamos falando sobre aquecimento global, eu gostaria que o sr. falasse sobre matriz energética. O que devemos fazer em termos de matriz energética no Brasil?

JOSÉ ELI: Antes de entrar nisso, particularmente no caso do Brasil, é preciso entender que essa discussão de diminuir as emissões pode ser feita por meio de aumento de impostos. Nos EUA, uma das formas de conter a emissão é aumentar o imposto da gasolina.

## Não é uma medida popular.

JOSÉ ELI: Nem um pouco. Tanto que ninguém quer pensar nisso. Não só impopular como uma medida contra a competitividade do país. Ou se faz uma coisa coordenada por todo o mundo, em que todos aceitam fazer esse sacrifício, ou é impossível. Particularmente, eu não acredito nessa linha de que seja possível coordenar não sei quantos países do mundo para ter metas.

## Não acredita?

JOSÉ ELI: Não. As pessoas que imaginaram isso pensam que é possível ter um programa mundial. Seria mais fácil eleger um governo mundial do que coordenar todas essas ações necessárias para conseguir, por exemplo, que todos os países reduzissem suas emissões.

## O que o sr. acha do investimento brasileiro no biodiesel?

JOSÉ ELI: Se fôssemos pela linha do biodiesel, do eólico, nós nunca conseguiríamos mudar a matriz energética porque o impacto é muito pequeno.

## Quer dizer que nós não temos saída?

JOSÉ ELI: Temos. Nós ainda nem chegamos nas coisas importantes que podem mudar o mundo. O biocombustível, mesmo que ele viesse a resolver todo o problema do combustível, a energia que nós usamos não vem só do combustível. Também é preciso e mais importante a eletricidade. Não adianta nada você me dar o biodiesel se não transformar isso em eletricidade. Mas você vai querer queimar biodiesel para produzir eletricidade? Esse é o problema. Temos uma série de tecnologias prometidas. Por exemplo: uma que está para entrar no mercado é o aproveitamento da energia proveniente das ondas e das marés. Outra que também está praticamente entrando é a proveniente do hidrogênio. O problema do hidrogênio é que para produzi-lo ainda é preciso usar eletricidade. O processo de produção do hidrogênio é por eletrólise. Mas aí você vai falar: "A energia para obter o hidrogênio está sendo obtida de forma limpa?" Não, porque grande parte da eletricidade produzida hoje usa carvão, petróleo e gás.

## Essas fontes são mais satisfatórias do que, por exemplo, o biodiesel?

JOSÉ ELI: O biodiesel já é uma tecnologia conhecida, está sendo produzido numa situação econômica. E você adiciona o biodiesel ao diesel, são muito poucos os motores que funcionam apenas com o biodiesel. Então ele não resolve nem o problema do combustível, como o álcool também não resolveu.

## E as outras tecnologias?

JOSÉ ELI: As tecnologias que poderão substituir o petróleo, o carvão e o gás ainda não estão nem na condição do hidrogênio. Há uma série de tecnologias que talvez surjam durante o século. No dia em que uma realmente surgir levará a uma revolução semelhante a que ocorreu quando o petróleo surgiu. A fusão nuclear, por exemplo, que não tem nada a ver com o que as pessoas falam de mal da energia nuclear atual, que é obtida por fissão e por isso tem o problema do lixo atômico, o problema bélico etc.

## A fusão nuclear não tem nenhum impacto?

JOSÉ ELI: Não. O dia em que for possível ter a fusão nuclear, por enquanto temos só o projeto e nem é o que promete ser, vai demorar muito para se conseguir – você poderá fazer baterias espaciais solares, tem gente trabalhando nisso; você pode conseguir energia por meio da manipulação de micróbios, tem gente trabalhando nisso; tem pelo menos uma dúzia de pesquisas em andamento que ninguém sabe precisamente quando vai acontecer.

**Vamos falar um pouco sobre a agricultura e o uso do solo, porque eu acho que, tanto quanto a matriz energética, esse é um tema muito importante para o desenvolvimento sustentável – principalmente para um país continental como o Brasil. Tem várias coisas que eu gostaria de perguntar para o sr., desde reforma agrária...**

JOSÉ ELI: O problema mais sério da agricultura não é o solo. É a água. A questão específica do solo, especificamente no Brasil, não é um dos problemas ambientais mais importantes. Ele existe na medida em que se usa muito fertilizante e agrotóxico, evidentemente no solo. A consequência principal é nas águas.

## Os aquíferos estão contaminados?

JOSÉ ELI: Ai você começa a fazer perguntas técnicas de onde está contaminado, o quanto está contaminado e isso é tudo incerteza. Algumas pessoas vão dizer que já está tudo dominado, que nós estamos perdidos e outras que dirão que tem um pouquinho de poluição, mas que ainda não atingiu o lençol freático. E você está falando com a pessoa errada. Eu não sou especialista nesse assunto.

**Veiga critica os critérios do PIB para detectar o crescimento econômico**

**O sr. falou, num de seus livros, da dificuldade de valoração do meio ambiente. O sr. cita o mangue como exemplo.**

JOSÉ ELI: Isso é outra coisa. É uma discussão se... No caso eu usei o exemplo do mangue, na verdade o manguezal, é porque existe uma tendência de achar que tudo será resolvido se conseguirmos dar preços para as coisas. Muitos economistas falam: “Não tem problema, vamos ter que encontrar uma maneira de dar preço para tudo”. Eu sou contra essa idéia de achar que dando preço para tudo resolveremos o problema. A maior parte dos economistas pensa assim, que na hora em que conseguirmos precificar tudo nós resolveremos o problema. E esse exemplo estava sendo dado para mostrar o quanto é difícil, mesmo para eles, chegar a uma conclusão coerente do que é. O preço, quando sai de um mercado, é o confronto entre a oferta e a procura. E a coisa funciona como uma tesoura: quando você corta uma folha de papel com uma tesoura, você nunca vai ser capaz de dizer qual a lâmina que é mais importante, a de cima ou a de baixo. No mercado, a oferta e a procura se cruzam da mesma maneira e formam o preço. A coisa que não tem preço, como o ar que respiramos agora, e eu quero dar um preço para ele e invento um monte de técnicas... Só que eu não vou criar um mercado para o ar.

**Alguns jornalistas criticaram muito o Programa de Aceleração do Desenvolvimento, o PAC, por ter ignorado questões ambientais.**

JOSÉ ELI: Eu não creio que a questão seja saber se dentro do PAC tem a questão ambiental ou não tem. O que eu percebi é que o pessoal do meio ambiente, que vinha sendo acusado por essa turma dos “destravadores” do crescimento, fez balanço positivo no sentido de que todos os programas anunciados [no PAC] passarão pelo crivo do respeito à legislação ambiental. Se isso ocorrer, fico feliz.



Democracia, Direitos, JUSTIÇA, Responsabilidade, Humanização, Igualdade, Cidadania, Humanização

A BASF FAZ PARTE DO SEU DIA-A-DIA.  
MAS SE A GENTE NÃO MOSTRAR, VOCÊ NEM PERCEBE.

Mata Ciliar do Complexo Químico de Guaiabá, Ceará



**Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Essa é a fórmula que faz a empresa química líder mundial estar presente do lado de dentro e de fora da sua janela.**

Com iniciativas como a do Projeto Crescer, voltada para a educação de jovens de baixa renda, a de recomposição da Mata Ciliar do Rio Paraíba do Sul, com o replantio de 180 mil mudas de cerca de 100 espécies de árvores, e da Fundação Espaço ECO, o primeiro centro de excelência para a ecoeficiência aplicada na América Latina, a BASF contribui fortemente para o desenvolvimento social e ambiental. Na agricultura, nos plásticos, nos têxteis, nas gerações futuras da família Soares e onde for possível contribuir para que o seu mundo fique ainda melhor. Essa é a nossa química. A química da vida.



**A QUÍMICA DA VIDA.**

**BASF**  
The Chemical Company

## TROCANDO IDÉIAS DE OLHO NO MEIO AMBIENTE



Fotos: Arquivo do MPD

Da esq. para a dir.: Daniela Paiano, Daniel Fink e Mirella Consolini discutem o desenvolvimento sustentável

Antenado no que acontece no mundo, o Trocando Idéias tratou neste começo do ano de um tema fundamental para o futuro de todos nós: o desenvolvimento sustentável. O programa contou com a participação no estúdio de Daniel Fink, procurador de Justiça e membro do Conselho Superior do MP, e Daniela Paiano, professora de bioética da Faculdade do Norte do Paraná, além das intervenções especiais fora do estúdio de José Renato Nalini, desembargador do TJ-SP, Estefania Paulin, promotora de Justiça, e Gustavo Pozzebon, promotor de Justiça. Para a ONU, desenvolver-se de forma sustentável é “satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades”.

Daniela Paiano lembrou que, para o desenvolvimento sustentável, é necessário “compatibilizar a atividade econômica com o meio ambiente”, uma vez que o modelo econômico que usamos é predatório e os recursos naturais finitos. “Temos que encontrar um ponto de equilíbrio entre a exploração da atividade econômica e o meio ambiente”, completou.

A preocupação com a sustentabilidade começou em 1968 com a reunião do Clube de Roma e contou com cientistas de todo o mundo para debater o impacto das ações humanas sobre o meio ambiente. “Esse foi o primeiro alerta para o mundo sobre a condição do meio ambiente”, lembrou no programa o procurador de Justiça Daniel Fink. Passados 40 anos do alerta do Clube, as pessoas pouco sabem dos perigos que o estilo de vida e o modelo de desenvolvimento seguido pelo homem podem causar.

“Para ter uma idéia clara da relação entre recursos naturais, desenvolvimento e consumo, vamos imaginar o seguinte:

**TV JUSTIÇA:**

terças-feiras às 12h, quintas-feiras às 5h, sextas-feiras às 10h30, sábados às 22h

**TV ABERTA DA CIDADE DE SÃO PAULO:**

domingos às 22h30



Da esq. para a dir.: Irina Bacci, Lélío Ferraz, Mirella Consolini e Eduardo Rezende de Melo debatem a possibilidade de casais homossexuais adotarem crianças

se fôssemos Deus e pudéssemos acabar com a miséria mundial, tirando dois bilhões de humanos de baixo da linha da pobreza, o mundo não suportaria o nível de consumo dessa população. Por isso é preciso repensar o processo de consumo e de produção para que possamos erradicar a pobreza e manter o equilíbrio ambiental”, afirmou Fink.

“A solução está nas campanhas de conscientização”, declarou Fink. Já a promotora de Justiça Estefania Paulin ressalta a ausência de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. “Na região em que eu atuo, as pessoas pobres se valem dessa pobreza para se omitir em relação ao meio ambiente”, afirmou.

A promotora afirmou que as empresas também devem fazer a sua parte para que o desenvolvimento sustentável seja possível. “A empresa precisa se planejar de acordo com as necessidades e cultura da região aonde vai se instalar para levar desenvolvimento, e não somente progresso”, afirma Daniela.

### Casal homossexual pode adotar?

Em alguns lugares do mundo a união de pessoas do mesmo sexo é uma realidade e em outros continua em debate. Enquanto isso, outra polêmica relacionada a este universo ganha espaço nos tribunais e na mídia: a adoção de crianças por casais homossexuais. No fim de 2006, uma juíza em Catanduva (SP) deu sentença favorável a um casal gay para que adotassem uma criança.

O tema é envolto em muita controvérsia. O Trocando Idéias iluminou o assunto em uma de suas edições, que teve a participação da presidente da Inova Associação de Famílias GLTTB, Irina Bacci, de Lélío Siqueira Neto, pro-

motor de Justiça, e de Eduardo Rezende de Melo, juiz e vice-presidente da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude.

“As pessoas acham que se a criança não for criada por um pai e uma mãe ela não terá o modelo masculino e o feminino. Se fosse assim, eu seria uma heterossexual porque os meus pais são heterossexuais”, afirma Irina. A presidente da Inova completa dizendo que os modelos de orientação sexual são construções sociais que pouco dependem da educação dada pelos pais.

Para o promotor de Justiça Lélío Ferraz, o casal gay que tiver uma relação estável deve ser visto como uma família e ter os mesmos direitos de qualquer outra. “A restrição baseada no sexo não faz o menor sentido para mim, nem juridicamente”, afirma o promotor.

Por ser muito abordado pela mídia, o homossexualismo tem sido mais bem recebido pela sociedade. O juiz e vice-presidente da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, Eduardo Rezende de Melo, lembra que a Parada Gay é uma das maiores mobilizações civis do país, reunindo mais de um milhão de pessoas.

“Os tribunais também têm recebido bem essas questões. O que está havendo é um grande movimento de reconhecimento social de direitos dos casais de adotarem”, afirma o juiz. Irina lembrou ainda que há uma lei tramitando há 11 anos na Câmara para o reconhecimento da união de gays.

“Apesar de não sermos legalmente uma família, nós existimos e precisamos ser tutelados pelo Estado – assim como as crianças que vivem com essas pessoas”, afirma a presidente da Inova.

### Um tema delicado

Como tudo que envolve a morte, a ortotanásia é um tema delicado. A prática, aprovada recentemente pelo Conselho Federal de Medicina, consiste na suspensão de tratamentos que prolonguem a vida de pacientes que não têm mais chance de recuperação. Diferentemente da eutanásia, a ortotanásia não leva o doente à morte. Apenas pára de prolongar a vida de quem não pode mais se recuperar de determinada doença e optou por parar de sofrer.

“O que a resolução do CFM autoriza é a suspensão de tratamentos fúteis que não

## PROGRAMAÇÃO

17/12 Ortotanásia	Alexandre Pereira, promotor de Justiça; Maria Goretti de Sales Maciel, médica, presidente da Academia Nacional de Cuidados Paliativos e Diretora do Serviço de Cuidados Paliativos do Hospital do Servidor Público do Estado de SP
22/1 Desenvolvimento Sustentável	Daniel Fink, procurador de Justiça e membro do Conselho Superior do MP; Daniela Paiano, professora de bioética da Faculdade do Norte do Paraná; José Renato Nalini, desembargador do TJ-SP; Estefania Paulin, promotora de Justiça; Gustavo Pozzebon, promotor de Justiça
29/1 Separações, Divórcios e Inventários em Cartório	Vânia Balera, procuradora de Justiça e coord. CAO Cível, MPSP; Paulo Vampré, Tabelião e Presidente do Colégio Notarial do Brasil-Seção SP; Alessandra Abate, advogada
5/2 Adoção de Crianças por Casais Homossexuais	Lélío Siqueira Neto, promotor de Justiça; Irina Bacci, presidente da Inova Associação de Famílias GLTTB; Eduardo Rezende de Melo, juiz e vice-presidente da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude
12/2 Imagem das Instituições	Roberto Livianu, promotor de Justiça; Gislaïne Rosetti, diretora de comunicação da BASF; Shin Jae Kim, sócia do Tozzini e Freire advogados
19/2 Diagnósticos do Ministério Público e Defensoria Pública	Anna Trotta Varyd, promotora de Justiça e presidente do MPD; Davi Eduardo Depinê Filho, presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos
26/2 Poluição Visual	Joaquim Guedes, arquiteto e professor titular da FAU/USP; Luis Paulo Sirvinskas, promotor de Justiça
*Entre 17/12 e 22/1 o programa apresentou reprises de edições de 2006.	

trarão mais nenhum benefício ou prolongamento de vida do doente. Por exemplo, um doente com câncer avançado, com muitas metástases e já caminhando para a morte não precisa mais receber tratamentos que acabam por prolongar o seu sofrimento”, explica a médica e presidente da Academia Nacional de Cuidados Paliativos, Maria Goretti de Sales Maciel. “É diferente de pacientes que sofrem algum acidente ou derrame muito extenso que precisam de algum tipo de suporte para continuar vivendo, mas que apresentam um quadro clínico estável”, completou a médica.

O promotor de Justiça Alexandre Pereira faz questão de ressaltar a diferença entre eutanásia e ortotanásia. “Na eutanásia, que no Brasil não é permitida, o paciente tem a opção de viver ou de não viver. Já na ortotanásia o doente está em fase terminal e sua morte é certa. Qualquer procedimento que se faça não será suficiente para curá-lo”, ensinou Pereira.

Democracia Direitos JUSTIÇA  
Responsabilidade Humanização  
berdade Significação  
Humanização

## CHOPIN E A AMAZÔNIA

Nas vésperas do Carnaval faleceu o procurador de Justiça aposentado Chopin Tavares de Lima. Ingressou no Ministério Público do Estado de São Paulo na década de 1950, quando era comum então o comissionamento de promotores em funções dos poderes Executivo e Legislativo, e a lei não proibia a atividade político-partidária aos integrantes do Ministério Público. Já em meados da mesma década, quando o Partido Democrata Cristão passou a apoiar o então governador Jânio Quadros, o jovem promotor que militava no Partido Democrata Cristão foi comissionado no Executivo. E continuou nessa situação durante o governo Carvalho Pinto, elegendo-se deputado estadual nas eleições de 1962 e reelegendo-se nas de 1966. Nesta última, os antigos partidos haviam sido extintos, surgindo a Aliança Renovadora Nacional, Arena, de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, congregando os que se opunham. Chopin elegeu-se por este último e passou a liderar sua bancada na Assembléia Legislativa.

Levou para sua assessoria os jovens promotores Antonio Celso Di Munno Corrêa, Ronaldo Porto Macedo e João Lopes Guimarães (os dois últimos, na década seguinte, presidiram a Associação Paulista do Ministério Público). E a questão da Floresta Amazônica seguia na ordem do dia. Chopin pediu à sua assessoria estudos sobre a Amazônia e daí resultou uma palestra, com uso de “slides”, novidade na época. Surgiu a notícia de que muitos estrangeiros, a maioria norte-americanos, adquiriam grandes extensões de terra naquela região. Pela grande importância da floresta não faltavam defensores de sua internacionalização, pondo fim à soberania brasileira sobre ela. A forte presença de proprietários estrangeiros constituía mais uma ameaça.

Ocorreu, então, a idéia de inserir as cores da bandeira norte-americana no mapa do Brasil sobre a região na qual crescia o número de proprietários originários dos Estados Unidos e as da nossa bandeira no restante do território, grafando-se “Brazil” na primeira. Naqueles tempos essa ousadia era tida como subversão da ordem. Com muita frequência as posições nacionalistas eram tidas como obra de cripto-comunistas ou, na melhor hipótese, de inocentes úteis do comunismo.

A palestra que Chopin proferiu em muitos municípios do Estado entrou no rol das obras subversivas. No final de 1968 surgiu o Ato Institucional n. 5, seguido da proscrição da vida pública de numerosos opositores do regime. Por conta da atuação destacada de Chopin como líder da oposição numa época em que recrudescia o autoritarismo, o deputado perdeu seu mandato e teve suspensos seus direitos políticos por 10 anos. Além disso, foi aposentado de suas funções no Ministério Público, com remuneração proporcional ao seu tempo de serviço.

Chefe de família numerosa, de um momento para o outro ele viu substancialmente reduzidos seus vencimentos e precisou sair em busca de emprego na iniciativa privada, somente retornando aos quadros da instituição com a anistia, no final da década de 70, logo depois se aposentando como procurador de Justiça.

Chopin deixou, porém, seu forte grito de alerta em favor da soberania nacional na Amazônia, com sua importância fundamental nestes tempos de aquecimento global, de redução da biodiversidade e de forte clamor pelo desenvolvimento sustentável.

\*É procurador de Justiça e membro do MPD.

## NOVOS ARES PARA CUBATÃO

Pesquisadores universitários medindo a poluição das águas e dos rios e fazendo a triagem de animais da fauna local: este foi o resultado do trabalho iniciado pelo promotor de Justiça Fernando Akaoui, 37 anos de idade, 12 dos quais a serviço do Ministério Público de São Paulo. O Centro de Capacitação e Pesquisa em Meio Ambiente, ou simplesmente Cepema, inaugurado em julho do ano passado na cidade de Cubatão (SP), foi conseguido graças a uma das cláusulas de um Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Petrobrás, responsável pela Refinaria Presidente Bernardes, o Ministério Público de São Paulo e a Cetesb.

“O Centro foi uma medida de compensação”, explica Akaoui, para dizer em seguida que tudo começou com as investigações feitas pela Cetesb, as quais foram parar no MP local em meados da década de 90. A comprovação de que a Refinaria instalada em Cubatão poluía a água dos rios e a atmosfera poderia dar início a uma ação civil pública. Mas o promotor, que esteve à frente da Promotoria em Cubatão entre 1997 e 1999 e acumula designações em promotorias que cuidam da preservação ambiental em cidades do Vale do Ribeira, litoral norte e sul de São Paulo, achou melhor, dada a complexidade do caso da refinaria instalada na cidade desde a década de 50, usar as reuniões e o termo de ajuste de conduta para chegar a uma boa solução para o caso.

Akaoui calcula que chegou a se encontrar com funcionários da Petrobrás para sanar o problema durante vários anos. “Eram reuniões que duravam o dia todo, a semana inteira”, conta. É fácil entender o porquê da grandiosidade da ação ao conhecer um pouco a história de Cubatão e a ampla legislação ambiental.

“Cubatão não teve nenhum planejamento ambiental”, afirma o promotor, nascido em Santos. Esse descuido motivou tragédias que cobraram o preço da industrialização acelerada e da ocupação desordenada, como a da favela da Vila Socó, aniquilada após dois dutos da Petrobrás que passavam por baixo do local estourarem.

A legislação usada em um caso complexo como o da Refinaria de Cubatão, envolvendo uma investigação gigantesca, é extensa. “São muitas leis”, afirma Akaoui, citando algumas delas: a lei federal 6938/81, sobre a Política Nacional do

Meio Ambiente, e as resoluções do Conama, como a 20/86, que dispõe sobre a poluição hídrica, e a 03/90, que fala da poluição do ar.

### Projeto grandioso

As obras do Cepema, que tem sede na própria Refinaria em Cubatão, começaram em 2004. A Petrobrás se responsabilizou pela construção, mas cabe à Universidade de São Paulo gerir o centro de pesquisa. Trata-se de um projeto grandioso para pesquisa e pós-graduação em áreas do meio ambiente, de modo multidisciplinar. O objetivo é desenvolver aplicações e soluções para problemas ambientais.

As principais áreas de atuação em pesquisa do Cepema são na avaliação de emissões atmosféricas, no reuso de água e na minimização de efluentes líquidos e no gerenciamento e tratamento de resíduos sólidos. Para saber mais sobre o projeto, clique [www.cepema.usp.br](http://www.cepema.usp.br).

Akaoui, que hoje trabalha no Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, no MP de São Paulo, ficou satisfeito com o resultado de tantas reuniões e estudo: “Era um TAC complexo, e o Cepema é ótimo”. Ele faz questão de frisar que, apesar de ter participado de todas essas reuniões que deram origem ao Cepema, a promotora de Justiça que o substituiu em Cubatão, Lillian Garcia, foi quem subscreveu o documento.



O promotor de Justiça Fernando Akaoui ficou satisfeito com o resultado do TAC em Cubatão

emacia, Direitos, ILCA, liberação, humanização

## MEIO AMBIENTE, CIDADE E MORADIA

Carlos Alberto de Salles\*

A péssima situação ambiental de nossas cidades é a chaga mais aparente de nossas desigualdades sociais. A partir de meados da década de 50 do século passado, a sociedade brasileira sofreu a maior transformação de sua história. Em pouco mais de duas décadas, uma população predominantemente rural migrou em massa para as cidades, invertendo proporção de 20% a 70% entre população urbana e rural. Essa colossal reviravolta histórica é reflexo das transformações estruturais da economia do país em acelerado processo de industrialização.

Não é difícil imaginar a enorme demanda de infraestrutura exigida por mudanças nesse grau e velocidade, em especial para o aparelhamento de nossas cidades. Colocava-se a necessidade de prover água, luz, esgoto, transportes e, muito importante, moradia – para não falar em saúde e educação! – para milhões de pessoas.

Infelizmente, a nascente sociedade urbana brasileira manteve sua mais triste mazela: relações sociais profundamente iníquas e desiguais. Sob o triste discurso, ainda hoje sempre presente na boca de muitos políticos, de que é preciso “deixar o bolo crescer” para depois distribuí-lo. Nos 20 anos de ditadura vividos pelo país, recursos públicos foram drenados para a iniciativa privada e para aventuras estatais na economia de mercado. A democratização, sob forte influência de tendências neoliberais, pouco tem feito para a construção de uma sociedade mais igualitária.

No que toca às cidades, a aplicação de recursos na adaptação de sua nova realidade populacional tem ficado muito aquém do necessário para garantir mínimas condições de qualidade de vida. O déficit de habitação regular ocupa, nesse contexto, um papel central na degradação do meio ambiente urbano. Não que a carência da restante infra-estrutura tenha menor impacto, gerando todo tipo de poluição e contaminações. A moradia, no entanto, é determinante na formação do perfil urbano do país.

A capacidade na alocação de recursos sociais, de forma a satisfazer as necessidades básicas da sociedade, é condição para o funcionamento adequado da economia de mercado. O constante agravamento da questão da moradia coloca em xeque a aptidão do mercado na produção e distribuição do espaço urbano.

Não obstante a profunda transformação social referida de início, o arcabouço jurídico-institucional

brasileiro não criou mecanismos aptos a propiciar a formação de um mercado de espaço urbano para moradias de baixa renda. Moradia, cabe lembrar, é um bem essencial. O ser humano tem se mostrado capaz de sobreviver sob as mais adversas condições, sem saúde e alimentação adequadas, mas não sem um mínimo espaço, ainda que precário, para moradia. Para suprir essa necessidade, surgem as favelas e ocupações em áreas de interesse ambiental, bem como toda sorte de habitações subnormais espalhadas pela cidade.

A conciliação de mecanismos de planejamento urbano e financiamento privado para a instalação de moradias populares nunca existiu efetivamente. A Lei 6.766/79, de Parcelamento do Solo Urbano, representou uma resposta tímida e insuficiente para esse problema. O recente Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) criou poderosos instrumentos de planejamento urbano, mas não apresentou solução à necessidade de financiamento para suprir a demanda de espaço urbano para moradia da população de baixa renda.

Com a falta de espaços urbanos disponíveis e acessíveis, pessoas de menor poder aquisitivo têm levado a cidade a crescer em um movimento quase espontâneo sobre espaços ambientalmente protegidos, como, por exemplo, áreas de preservação permanente, de proteção de mananciais e de reservas florestais, todas indispensáveis à sustentabilidade do ambiente urbano.

Com isso, os bens ambientais afetados, de natureza coletiva, acabam privadamente apropriados em prejuízo da coletividade. A solução desses problemas, sem dúvida, está condicionada a um decidido ataque às suas causas, enraizadas, como se viu acima, em características estruturais de nossa economia e sociedade.

No embate entre meio ambiente e moradia, impossível deixar de levar em conta a questão de justiça social a ele subjacente. Inaceitável, por essa razão, a cruel asserção, que se tem ouvido por aí, de que “favela e ocupações em áreas de proteção ambiental são problemas apenas ambientais”. Há sem dúvida a necessidade de conciliação dos interesses fundamentais colocados em jogo. Mas os problemas de moradia da população carente não podem ser tratados sem consideração da questão da desigualdade social, com a qual estão diretamente relacionados.

\*Promotor de Justiça do Meio Ambiente em São Paulo e professor doutor do Departamento de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da USP.

## DIREITO À MORADIA

Cláudia Maria Beré\*

A moradia da população de baixa renda, muitas vezes situada em áreas de proteção ambiental ou em mananciais, em geral é vista como causadora de degradação ambiental, em virtude de desmatamentos, erosão e despejo de esgotos *in natura*, gerando a idéia de um conflito entre direito à moradia e direito ao meio ambiente.

Contudo, moradores de assentamentos irregulares são os maiores prejudicados pela degradação ambiental, sofrendo o risco de contrair doenças contagiosas, pela falta de saneamento básico, ou de ver suas moradias atingidas por deslizamentos e alagamentos. Também vale destacar que freqüentemente os assentamentos populares estão próximos a empreendimentos incômodos, como “lixões”, aterros sanitários, indústrias e pedreiras, sendo afetados por poluição sonora e do ar.

Vale lembrar que grandes empreendimentos, públicos ou privados, como usinas hidrelétricas ou obras viárias, costumam ser alocados em áreas habitadas por população pobre, gerando despejos forçados de muitas pessoas.

Verifica-se que a população pobre é a principal vítima da degradação ambiental e de empreendimentos causadores de impacto ambiental, sendo injusto acusá-la de degradadora quando está apenas exercendo seu direito à moradia, reconhecido como direito social pela Constituição brasileira e como direito humano por tratados internacionais.

No livro “Justice, Nature and the Geography of Difference”, David Harvey traça um painel dos movimentos ecológicos nos Estados Unidos, refletindo visões universais da questão ambiental. O primeiro movimento é a “visão padrão”, segundo a qual só deve haver intervenção sobre problemas ambientais após o evento, já que preocupações ambientais não devem atrapalhar o progresso e o dano pode ser reparado.

Para o segundo movimento, denominado “modernização ecológica”, a atividade econômica produz dano ambiental,

e a sociedade deve adotar uma conduta proativa a respeito da regulação ambiental, preferindo a prevenção à reparação. A palavra chave é sustentabilidade. Os direitos das futuras gerações vão para o centro da discussão.

O terceiro movimento, chamado de “uso sábio”, sustenta que os proprietários têm o incentivo para manter as condições ecológicas que lhe fornecem sustento e, independentemente de regulação, deixarão para seus descendentes uma terra melhor, e não pior.

O quarto movimento, da “justiça ambiental”, argumenta que as desigualdades na proteção contra os riscos ambientais são palpáveis e o discurso de conservação das espécies não se importa com as causas dos sem-teto ou desempregados. A “justiça ambiental” junta metas ecológicas com justiça social, defendendo marginalizados, humildes, minorias étnicas e mulheres e focando os aspectos discriminatórios do problema.

O autor redefine o ambiente para incluir a totalidade das condições de vida nas comunidades – ar, água, empregos seguros com salários decentes, moradia, educação, sistema de saúde, igualdade, justiça.

Harvey conclui que cada uma dessas teorias é válida, mas fracassa se adotada isoladamente.

No Brasil, a Constituição Federal claramente adotou os princípios da “modernização ecológica”. É necessário, contudo, adotar princípios da “justiça ambiental”, promovendo melhoria das condições ambientais em áreas habitadas por população de baixa renda.

Afinal, tanto o direito ao meio ambiente quanto o direito à moradia são constitucionalmente protegidos, não se podendo cogitar da prevalência de um sobre o outro, e sim devendo ser ambos compatibilizados de modo a viabilizar alternativas para a moradia da população de baixa renda.

---

\*Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo em São Paulo.

USO Democracia Direitos JUSTIÇA  
berdade Responsabilidade Humanização  
ualdade Humanização

## O DIREITO AMBIENTAL NO SÉCULO 21

Marcelo Abelha Rodrigues\*

Antes de mais nada, cabe dizer que o Direito Ambiental Brasileiro é recente. Muito embora seus componentes e até o seu objeto de tutela estejam ligados à própria origem do ser humano, não se pode negar que o tratamento do tema sob uma perspectiva autônoma, altruísta e com alguma similitude com o sentido que se lhe tem dado atualmente, não é tão primevo assim. É por isso que se diz que o *direito ambiental* é uma ciência nova. Nova, mas com objetos de tutela tão velhos.

Como todo processo evolutivo, a mutação do modo de se encarar a proteção do meio ambiente é feita de marchas e contramarchas, motivo pelo qual não se pode identificar com absoluta precisão quando e onde terminou ou iniciou uma fase diversa de o ser humano encarar a proteção do meio ambiente. Na verdade, esse fenômeno pode ser metaforicamente descrito como uma *mudança do ângulo visual com que o ser humano passa a enxergar o meio ambiente*.

Porquanto os bens ambientais (água, fauna, flora, ar etc.) já tenham sido objeto de proteção jurídico-normativo desde a Antiguidade, importa dizer que, salvo em casos isolados, o que se via era uma tutela mediata do meio ambiente, tendo em vista que o entorno e seus componentes eram vistos pelo ser humano ora como um *bem economicamente considerado*, ora como algo adjacente à *proteção da saúde do próprio ser humano*.

Durante muito tempo os componentes ambientais foram relegados a um papel de subserviência ao ser humano, que se colocava no eixo central do universo, cuidando do entorno como se fosse senhor de tudo. É quando surgem as primeiras "normas ambientais" no ordenamento jurídico brasileiro. Esse período pode ser identificado da época do descobrimento até a segunda metade do século 20.

O meio ambiente tinha uma proteção secundária, fruto de concepção egoísta e *econômica*. O ambiente era tutelado apenas como um bem privado cujo maior intento era proteger o interesse privado e financeiro do bem *pertencente* ao indivíduo. Essa modalidade de proteção constitui *técnica mediata* de proteção do meio ambiente e pode ser vislumbrada no antigo Código Civil Brasileiro nas normas que regulavam o direito de vizinhança. (art. 584, 554, 555, 567 etc.)

Basta uma rápida leitura do Código Civil anterior para se perceber que a preocupação com os bens ambientais foi de índole individualista, sob o crivo do direito de propriedade, tendo em vista o interesse econômico que tal bem representa para o homem.

Tais bens, tidos como *res nullius*, passavam a ser vis-

tos como algo de valor econômico e por tais motivos mereceria uma tutela. Entretanto, pode-se perceber que, conquanto a sua tutela fosse voltada para uma finalidade utilitarista, é inegável que o fato de receber uma proteção do legislador já é um sensível sinal de que o homem passava a perceber que os bens ambientais só passavam a ter valor econômico porque o seu estado de abundância não era eterno.

A valoração econômica de um bem está ligada a sua *oferta* e à *essencialidade*. O legislador já vislumbrava o esgotamento dos recursos naturais e a incapacidade do meio ambiente de absorver todas as transformações (degradações) provocadas pelo homem.

O segundo momento também é marcado pela ideologia *egoística e antropocêntrica pura*. Não há preocupação de tutelar imediatamente o meio ambiente, senão quando representasse algum ganho para o ser humano. Também marcada por uma proteção jurídica esparçada, fragmentada e atomizada, a *segunda fase* ainda recebia os influxos da fase anterior.

A *segunda fase* foi marcada pela preocupação em relação aos bens ambientais vitais, quando associados à proteção da saúde. Ainda sob uma visão egoística, tendo o homem como personagem central, a "legislação ambiental" podia ser tipificada pela sua preponderância na tutela da *saúde e qualidade de vida humana*.

O legislador reconhecia a insustentabilidade do ambiente e a sua incapacidade de assimilar a poluição produzida pelas atividades humanas. A tutela da saúde é o maior exemplo de que o *homem*, ainda que para tutelar-se a si mesmo, deveria *repensar* a sua relação com o ambiente que habita.

Enfim, mudou-se a tutela, acordou-se para o problema, mas o paradigma ético-antropocêntrico continuava inalterado. O homem continuava a assistir ao espetáculo da primeira fila, sem enxergar os demais personagens e, pior, sem identificar que o personagem único e principal é o *conjunto de interações* decorrentes da participação de todos os personagens.

Nessa fase nem se cogitou a proteção dos bens ambientais se não houvesse, de modo claro e evidente algum benefício direto e imediato ao ser humano. A diferença da fase anterior é que a *bola da vez* deixava de ser o *fim econômico do bem ambiental* e passava a recair sobre a *saúde humana*, causando confusão entre a tutela da saúde e a tutela do meio ambiente.

Destacam-se nesse período entre 1950 a 1980 o Código de Caça (Lei 5.197/67), o Código Florestal (Lei 4771/65), o







## **Cuidar e curar**

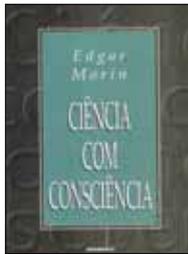
Na Novartis trabalhamos para salvar e melhorar milhões de vidas diariamente.

Pesquisar e desenvolver medicamentos inovadores são nossa prioridade. Eles ampliam os horizontes de cuidados com a saúde e respondem necessidades ainda não atendidas.

Mas dois pacientes nunca são iguais. Por isso, além de inovação, a Novartis oferece prevenção de doenças, alternativas de genéricos e acesso a medicamentos.

Esse é o compromisso da Novartis: ter o melhor portfólio para atender aqueles que são a razão do seu negócio - os pacientes.

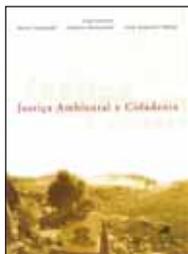
## LIVROS



### CIÊNCIA COM CONSCIÊNCIA

Ed. BERTRAND BRASIL, RJ, 2005, 9ª ED.

O autor é o pensador francês Edgar Morin, que diz: "(...) As ciências humanas não têm consciência dos caracteres físicos e biológicos dos fenômenos humanos. As ciências naturais não têm consciência da sua inscrição numa cultura, numa sociedade, numa história. As Ciências não têm consciência do seu papel na sociedade. As ciências não têm consciência dos princípios ocultos que comandam as suas elucidações. As ciências que lhes falta uma consciência (...)".



### JUSTIÇA AMBIENTAL E CIDADANIA

Ed. RELUME DUMARÁ, RJ, 2004, 2ª ED.

Os organizadores desta obra, Henri Acselrad, Selene Herculano e José Augusto Pádua, são professores nas Universidades Federais do Rio de Janeiro e Fluminense. Apresentam aqui artigos e análise de casos no Brasil e EUA, da Amazônia ao Love Canal, dos atingidos por barragens aos operários de Cubatão. Este livro tem por objetivo denunciar que a destruição sistemática do meio ambiente acontece, de modo predominante, em locais onde vivem populações negras, indígenas ou pobres.



### O ATLAS DA ÁGUA

Ed. PUBLIFOLHA, SP, 2005.

Os autores são Robin Clarke e Jannet King, com tradução de Anna Maria Quirino. Segundo o Banco Mundial, "as guerras do séc. 20 foram travadas por causa do petróleo; as deste século serão travadas por causa da água." Este livro é uma fonte de informação valiosa para interessados em questões ambientais, professores, estudantes e responsáveis por políticas públicas e privadas.



### MEIO AMBIENTE NO SÉCULO 21

Ed. Autores Associados Ltda., Campinas, SP: 2005, 4ª edição.

Sob a coordenação do jornalista André Trigueiro, 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. No dizer da ministra Marina Silva: "Às vezes perguntas são tão ou mais importantes que as respostas. Por isso este livro tem valor especial, que deve ser destacado antes mesmo de chegarmos aos artigos que o compõem, todos de autoria de pessoas que abrem 21 portas para entender o universo socioambiental".

## FILMES

### ERIN BROCKOVICH - UMA MULHER DE TALENTO



Filme norte-americano de 2000, com duração de 131 min., dirigido por Steven Soderbergh e protagonizado por Julia Roberts e Albert Finney. História baseada em fatos reais, mostra a luta empreendida por uma funcionária e seu chefe, um advogado, para provar o nexo causal entre a contaminação da população local por cromo utilizado por uma determinada empresa. Em DVD nas locadoras.

### CRUZANDO O DESERTO VERDE



Documentário de 50 min., com roteiro da Rede Alerta Contra o Deserto Verde e texto e direção de Ricardo Sá. Apoio financeiro da Fase ES e Fundo SAAP. Lançado em 2002, já foi exibido em vários países europeus e latino-americanos. Narra a vida daqueles que habitam as regiões onde a cultura ribeirinha foi substituída pela monocultura do eucalipto. O DVD poderá ser adquirido por R\$10 no site [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br).

### CRISTALINO I E SOS AMAZÔNIA



São dois documentários produzidos na Amazônia brasileira em 2005, por Paula Saldanha e Roberto Werneck. A área retratada é de grande impacto de colonização, o chamado Arco do Desflorestamento. Revelam-se duas realidades contrastantes: a exuberância das florestas e a biodiversidade, e de outro lado o desflorestamento provocado pela monocultura de soja e pela ação ilegal de grileiros e madeireiros. O DVD poderá ser adquirido por R\$ 38,90 na loja virtual do site: [www.expedicoes.tv](http://www.expedicoes.tv).

## SITES

- [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)  
ISA – Instituto Socioambiental
- [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- [www.unb.br/temas/desenvolvimento\\_sust/](http://www.unb.br/temas/desenvolvimento_sust/)  
Universidade de Brasília
- [www.ider.org.br](http://www.ider.org.br)  
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis
- [www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br)  
"World Wildlife Fund" (Fundo Mundial para a Natureza)
- [www.fbds.org.br](http://www.fbds.org.br)  
Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (Paraná)
- [www.piatam.ufam.edu.br/](http://www.piatam.ufam.edu.br/)  
Potenciais Impactos e Riscos Ambientais
- [www.projtotamar.org.br](http://www.projtotamar.org.br)  
Conservação das tartarugas marinhas e geração de alternativas

## O XEQUE-MATE DO PROMOTOR

Por Carolina Stanisci

Abertura, meio jogo, final. Bispo, cavalo, torre. Kortchnoi, Sparsky, Fisher. Para quem joga desde a infância, essas palavras são mais do que familiares. É o caso do promotor de Justiça e ex-campeão juvenil de xadrez Angelo Patricio Stacchini, 47.

A “abertura” de Stacchini no milenar e mais popular jogo de tabuleiro do mundo começou sem grande alarde: um pequeno tabuleiro com peças diminutas foi o presente recebido de uma argentina amiga de sua família. O irmão desta mulher cujo nome ele não se lembra, curiosamente chamado sr. Argentino Manuel Costa, foi o mentor de Stacchini. Não demorou muito e o garoto começou a despontar como um precoce campeão.

“Hoje eu jogo como outras pessoas do Ministério Público”, diz, modesto. Mas foram horas de absorção em frente ao tabuleiro tentando aperfeiçoar seu método que o consagraram campeão em sua escola no mesmo ano em que aprendeu a jogar. “Eu não era bom, a molecada é que era muito ruim”, diverte-se.

O estímulo de ter vencido na escola fez com que o promotor de Justiça se filiasse ao Clube de Xadrez de São Paulo aos 12 anos. O contato com gente mais velha e experiente foi dando cancha ao pequeno enxadrista e, em 1975, ele ganhou o sexto lugar no Campeonato Paulista em São Paulo, enfrentando adultos, entre eles muitos mestres.

Um parêntesis: a Federação Internacional de Xadrez considera dignos de titulação enxadristas profissionais que alcançam determinada pontuação a partir da qual podem ser chamados de “grande mestre internacional” e “mestre internacional”. Feita a explicação, é bom dizer que Stacchini, apesar de ter empatado e vencido vários mestres internacionais, não chegou a tal categoria, ainda que tenha vencido mais de 7 mil oponentes no referido Campeonato Paulista.

De xeque-mate em xeque-mate e de campeonato em campeonato, com um jogo “não muito agressivo”, em seus dizeres, aos 18 anos Stacchini consagrou-se campeão juvenil paulista e brasileiro em 1979. Além de ter a foto estampada em jornais locais como grande promessa do xadrez, as vitórias acumuladas carimbaram o passaporte do promotor para embarcar para o campeonato mundial, na Noruega.

“Lá eu não fiz feio, mas fiquei na metade da tabela”, conta. Para ter uma idéia da importância deste campeonato, o gran-

O promotor chegou a ir à Noruega disputar um mundial

de campeão Kasparov foi o vencedor no ano seguinte. A derrota, porém, não desviou a atenção de Stacchini do tabuleiro. Segundo ele mesmo conta, não havia futebol ou namorada para concorrer com o jogo de xadrez.

Algumas histórias desta época também ficaram marcadas para sempre na memória do promotor, como a partida simultânea contra o russo Boris Sparsky, campeão do mundo, em 1978, no Hotel Hilton, em São Paulo.

Stacchini lembra que o russo havia se empanturrado de feijoadada e bebida caipirinha antes do jogo. Ainda assim, estava em plena forma. Enquanto Sparsky pelejava contra os outros adversários, Stacchini armava suas jogadas. Ele estava se saindo bem, e vários jogadores estavam perdendo. Quando havia poucas pessoas na sala, ele percebeu que o russo estava se esforçando para empatar com ele. Efeito da caipirinha? “Acho que ele resolveu conceder o empate para quem jogava bem”, conclui.

Nesta época, Stacchini já estava no início da faculdade e, aos poucos, teve de decidir se continuava como enxadrista profissional ou se cursava seriamente a faculdade de direito. E o xadrez por acaso ajuda nos estudos jurídicos? “Como já foi dito por aí, o xadrez só desenvolve a habilidade de jogar xadrez”, afirma o promotor.

Por conta da concentração, da metodologia e do controle emocional desenvolvidos, o xadrez teve uma excelente utilidade para uma grande vitória individual do promotor: o ingresso no Ministério Público em 1984. “O bom é que no xadrez não dá para culpar o goleiro pela derrota”, brinca.

Stacchini durante a simultânea contra o campeão mundial Sparsky



Fotos: Carolina Stanisci



USÃO Democracia Direitos JUSTIÇA  
Responsabilidade Humanização  
berdade Sigilo de  
qual Humanização

## O PROMOTOR DE MAIS DE UM MILHÃO DE HECTARES



O promotor em seu gabinete

Nelson Bugalho, 44, dedica grande parte de sua vida profissional à defesa do patrimônio natural. Nascido em Presidente Prudente (SP) e membro do MPSP há duas décadas, ele trabalha na Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente do Pontal do Paranapanema, sediada em sua cidade natal.

A abrangência da ação da promotoria é gigantesca: 1,6 milhão de hectares espalhados por 31 cidades. A área inclui 17 mil propriedades rurais, quatro hidrelétricas e 150 assentamentos nos quais vivem cerca de 10 mil famílias.

Como se pode prever, uma infinidade de problemas ambientais, sociais e econômicos fermenta na área de atuação do promotor. “A demanda é invencível”, diz Bugalho, que conta com uma equipe enxuta para ajudá-lo: dois oficiais de promotoria e um técnico.

A maioria dos danos causados ao meio ambiente na região é hoje ligada à perda de biodiversidade. A situação é mais grave nas áreas de proteção permanente (entorno de curso de água, como rios e nascentes) exploradas economicamente. Além disso, os proprietários muitas vezes não respeitam a reserva legal segundo a qual 20% do terreno deve permanecer intocado.

“A perda de biodiversidade é causada pelo desmatamento acentuado por conta da atividade pecuária ou por causa de monoculturas como a da cana-de-açúcar”, explica o promotor.

“A nossa atuação é no sentido de recuperar áreas degradadas e preservar o que restou”, diz. E Bugalho sabe de cor a dificuldade disso em números: “Se plantarmos um milhão de mudas por ano, vamos precisar de mais de 700 anos para reflorestar o que foi devastado no século 20”.

Por conta de tantos problemas ambientais e sociais que dificultam a ação do promotor, ele afirma que quase sempre firma termos de ajuste de conduta (TAC) com proprietários rurais, por exemplo, no lugar de mover ações civis públicas contra os causadores dos danos.

O mais bem-sucedido dos TACs ocorreu na ocasião da construção da usina de Porto Primavera. A hidrelétrica, que seria construída pela CESP, provocaria um impacto tão grande na região que foi necessária uma grande compensação para a população. Foram criadas duas unidades de conservação, o Parque Estadual Rio Aguapeí e o Parque Estadual Rio do Peixe, cada um deles com mais de 9 mil hectares.

“Foram as maiores conquistas da Promotoria”, comemora Bugalho. O TAC de Porto Primavera foi assinado entre a Cesp, o Ministério Público de São Paulo, o Ministério Público federal e o Ibama. Hoje centenas de TACs vêm sendo firmados entre a Promotoria regional e grandes proprietários rurais.

“Nossa prioridade são as propriedades de mais de 500 hectares”, revela Bugalho. É o caso da Duke Energy, empresa proprietária de hidrelétricas no Paranapanema, como a que opera no município paulista de Rosana. Na região há mais de duas décadas, a empresa tinha várias pendências ambientais.

O TAC fez com que a Duke Energy efetuasse melhorias no Parque do Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio. Entre os benefícios estão a compra de combustível para ônibus que circulam pelo parque e o financiamento de pesquisas científicas no local.

Um dos maiores desafios da promotoria regional é sem dúvida a fiscalização da área, de proporções gigantescas. Segundo Bugalho, fotografias de satélite e vistorias pelas propriedades para averiguar se estão ou não de acordo com a legislação ambiental ajudam a saber como anda a região. O alerta vindo das promotorias de 13 comarcas da área também ajuda.

“Tentamos fazer milagre por aqui”, desabafa Bugalho. Para ter uma idéia, o promotor afirma que até o governo por vezes desrespeita a lei. É o que ocorre com os assentamentos de sem-terra na região. Muitas das famílias ocupam terras após serem assentadas pelo Incra e pelo Itesp (institutos de terra do governo federal e do estado de São Paulo). Mas o que poucos sabem é que esses assentamentos não têm previsão de reserva legal obrigatória de 20%.

Apesar de todos os obstáculos e do trabalho que enfrenta, Bugalho acredita na mudança para melhor e declara a sua devoção pela causa ambiental: “Isso aqui é a minha vida. Não consigo me imaginar em outra área que não a da proteção ao patrimônio natural”.

## A ÁGUA DE SÃO PAULO ESTÁ AMEAÇADA

Marussia Whately\*

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) já apresenta sérios problemas para garantir água em quantidade e qualidade adequada para seus 19 milhões de habitantes. A má gestão desse recurso resulta na destruição de importantes fontes de água, em altas taxas de desperdício e na destruição de seus mananciais pela expansão urbana.

A baixa disponibilidade hídrica natural da Grande São Paulo – localizada próxima às cabeceiras do rio Tietê – foi acentuada ao longo de sua história em função da poluição e da destruição de seus mananciais, entre eles o próprio Tietê, os rios Pinheiros, Ipiranga, Anhangabaú e Tamanduateí. Hoje, a região é obrigada a importar água e a investir em sistemas de tratamento avançado para transformar água de péssima qualidade em água potável.

Composta por 39 municípios, a RMSP ocupa uma área de quase 8 mil quilômetros quadrados. As áreas de mananciais, bacias hidrográficas responsáveis pela produção da água utilizada para abastecimento público, ocupam 52% da RMSP e abrangem total ou parcialmente 25 municípios.

O crescimento da mancha urbana em direção a esses mananciais causa impactos negativos para a qualidade da água e contribui para a perda acelerada da capacidade de produção de água nessas áreas. Essa situação, que deveria ser encarada como uma das principais ameaças à sustentabilidade da RMSP, é praticamente desconhecida da maior parte dos habitantes e também não desperta grande interesse dos governantes.

Para dar conta do abastecimento atual de sua população, são necessários oito sistemas produtores de água, que



fornece cerca de 65 mil litros de água por segundo (ou 5,6 bilhões de litros de água por dia), uma quantidade de água suficiente para encher 2.250 piscinas olímpicas por dia.

A RMSP importa mais da metade da água que consome da Bacia do rio Piracicaba, por meio do Sistema Cantareira, que está a mais de 70 quilômetros do centro de São Paulo e conta com seis represas interligadas por túneis. O restante da água é produzido pelos mananciais que ainda restam na região, em especial Billings, Guarapiranga e cabeceiras do Rio Tietê, e que sofrem intenso processo de ocupação, a despeito da Lei de Proteção aos Mananciais estar em vigor desde 1975.

Na RMSP, a quantidade de água produzida para abastecimento está muito próxima da disponibilidade hídrica dos mananciais existentes. Essa pequena folga coloca a região em uma situação frágil, onde um período de estiagem mais prolongado pode resultar em racionamento de água para grande parte da população. E em pouco tempo, a região precisará de mais água.

emocracia Direitos JUSTIÇA  
USÃO Democracia Direitos JUSTIÇA  
Responsabilidade Humanização  
berdade Sigilo de  
qualidade Humanização

Porém, novas fontes de água dependem de construção de represas, que demandam áreas a serem alagadas, tempo e recursos financeiros que são pouco acessíveis atualmente, o que reforça a necessidade de preservação e uso adequado dos mananciais existentes.

A Guarapiranga é um dos principais mananciais da RMSP, drena uma área total de 63.911 hectares. Abastece 3,7 milhões de pessoas residentes na zona sudoeste da capital paulista, incluindo as regiões de Santo Amaro, Morumbi, Pinheiros e Butantã. É também o mais ameaçado entre todos os que abastecem a RMSP. O quadro é preocupante. Segundo estudo produzido pelo ISA (disponível em [www.mananciais.org.br](http://www.mananciais.org.br)), a população que vive ao redor da represa aumentou em quase 40% nos últimos anos (1991 e 2000) e é estimada em 800 mil pessoas. A qualidade das águas dos rios e da represa piora ano a ano. Isso porque apenas metade dos habitantes da região tem algum sistema de coleta de esgotos e a maioria do esgoto coletado continua sendo despejada na represa. O custo de tratamento desta água é altíssimo.

Em 2003, mais da metade da área total da Bacia Hidrográfica da Guarapiranga encontrava-se alterada por atividades humanas. Parte dessa alteração (16%) diz respeito aos usos urbanos e o restante a usos diversos, como agricultura, mineração e solo exposto. As áreas com vegetação remanescente de Mata Atlântica – essenciais para a manutenção da capacidade de produção hídrica e para o equilíbrio ambiental da região – ocupavam, em 2003, apenas 37% da área da bacia. Entre 1989 e 2003, as áreas urbanas aumentaram em 19% e mais da metade deste crescimento se deu sobre áreas com severas restrições à ocupação. A situação é tão grave e descontrolada que nem as Áreas de Preservação Permanente (APPs) – protegidas por leis federal e estadual por serem áreas ambientalmente mais frágeis, como o entorno de rios e nascentes – foram poupadas. Parcela significativa dessas áreas encontra-se ocupada por usos humanos, com sérias conseqüências para a produção de água.

A Represa Billings é o maior reservatório de água da Região Metropolitana de São Paulo. Seu espelho d'água possui 10.814,20 hectares, correspondendo a 18% da área total de sua bacia hidrográfica, que ocupa um território de 58.280,32 ha. (582,8 km<sup>2</sup>), localizado na porção sudeste da Região Metropolitana de São

Paulo, fazendo limite a oeste com a Bacia Hidrográfica da Guarapiranga e, ao sul, com a Serra do Mar. Sua área de drenagem abrange integralmente o município de Rio Grande da Serra e parcialmente os municípios de Diadema, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo.

De acordo com o Diagnóstico Socioambiental publicado pelo ISA em 2000 (em [www.mananciais.org.br](http://www.mananciais.org.br)), a Bacia Hidrográfica da Billings apresenta um quadro preocupante. Apesar de ser protegida pela Lei de Proteção dos Mananciais desde a década de 1970, a região vem sofrendo ao longo dos últimos anos as conseqüências de um processo acelerado de ocupação irregular.

Essas invasões, apesar de identificadas pelo Poder Público, não têm sido eficientemente contidas, gerando uma sensação de impunidade que, por sua vez, estimula a ocorrência de novas agressões.

A principal tendência identificada no território da Bacia Hidrográfica da Billings, no período de 1989 a 1999, foi a substituição da cobertura florestal nativa (Mata Atlântica), fundamental para a produção de água em quantidade e qualidade adequadas ao abastecimento público, por áreas ocupadas por atividades humanas, principalmente aquelas ligadas ao uso urbano. O processo tem ocorrido por conta do surgimento de novas ocupações, da consolidação da ocupação existente e da transformação de áreas rurais em áreas urbanas.

A melhoria das condições socioambientais da Guarapiranga e Billings é urgente, uma vez que a RMSP dispõe de poucas fontes de água com qualidade e quantidade adequadas para o abastecimento público. No início de 2006, ano do centenário da Guarapiranga, foi aprovada uma nova lei que tem como objetivo proteger e recuperar a região. Ela constitui o marco inicial para reverter o processo de degradação e garantir o uso dessa importante represa para o abastecimento público. Atualmente, está em discussão uma lei semelhante para a Billings.

As leis, assim como as ações necessárias para reverter a degradação, dependem de um pacto entre os atores envolvidos e de uma política efetiva de proteção dessas áreas, priorizando ações preventivas e de valorização do serviço ambiental prestado pelas áreas de mananciais.

\*Arquiteta, coordenadora do Programa Mananciais do Instituto Socioambiental ([maru@socioambiental.org](mailto:maru@socioambiental.org)).

## PELA NATUREZA, TUDO, MENOS VERBAS

Marcos Sá Correa\*

Coitado do embaixador brasileiro para o aquecimento global! O chanceler Celso Amorim ameaçou criá-lo, para provar ao mundo que o Itamaraty não tem medo da mudança climática, pelo menos enquanto a política externa puder contar com salões refrigerados. Mas o escolhido cairá num posto seco, previamente crestado pela parlapatice da diplomacia latino-americana, a mesma que há anos ouve calada os países ricos derrubarem oficialmente a cotação do Brasil no mercado internacional das incertezas sobre o futuro do planeta.

Quem fez a conta dessas perdas e danos foi a ambientalista Suzana Pádua, com a mesma voz moderada que usa para defender pontos de vista em bate-boca de assentamento do MST no Pontal do Paranapanema. “Estamos assistindo por aqui a uma redução drástica do apoio internacional à área do meio ambiente”, ela avisa.

Vão tomando o rumo de outras prioridades os cinco milhões de dólares que os Estados Unidos, através da USAID, tradicionalmente destinavam “a programas e projetos integrados de conservação da natureza e da melhoria de vida de comunidades locais”, apoiando as alternativas menos predatórias para a geração de renda. A secretária de Estado Condoleezza Rice declarou “há meses que o Brasil já não seria prioridade” nessa linha de financiamento. “E ninguém reagiu”, diz Suzana. Resultado: “As verbas para o Brasil estão em risco de extinção”.

### Choradeira e aviso

Não confundir esses argumentos com a choradeira típica dos ambientalistas que vivem de esmola. Suzana preside o Ipê. Esse Instituto de Pesquisas Ecológicas nasceu há 15 anos em seu quarto, por absoluta falta de outro espaço na casa para reunir a equipe, que se resumia na época ao biólogo Claudio Padua, marido de Suzana, e um punhado de estudantes. A equipe estava interessada antes de mais nada em salvar os micos-leões-pretos que estudava no Morro do Diabo, uma reserva estadual espremida entre fazendeiros e acampamentos de sem-terra no sudoeste de São Paulo.

Nos primeiros tempos, o Ipê funcionou da mão para a boca, com um orçamento que a duras penas lhe cobria as despesas de 20 mil dólares por ano. Hoje, adminis-

tra cinco milhões de reais. Atua em cinco regiões do país, da Amazônia ao Paraná. Emprega 85 pessoas, contando com dez doutores e 16 mestres. Tem o patrocínio cativo de grandes marcas, como as Havaianas e a Natura. Coleciona os melhores prêmios internacionais, como o Whitley e o Rolex. Está construindo em Nazaré Paulista um centro avançado de biologia da conservação.

O Ipê não tem de que se queixar. Por isso, quando Suzana Pádua reclama, convém ouvi-la, porque se trata de interesses legítimos. O que a preocupa atualmente é que o meio ambiente, em si, está se deixando desvalorizar por estas bandas, apesar dos trunfos inegáveis de nosso patrimônio natural. “O Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido também reduziu os aportes que eram destinados ao Brasil”, ela continua. Por mais de uma década, vieram de Londres para cá anualmente cerca de 12 milhões de libras. Em 2002, o dinheiro dos ingleses começou a secar. Em 2005, acabaram os últimos projetos que ele bancava. E não brotaram outros.

### Orgulho e auto-suficiência

No Banco Mundial, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, montado em US\$ 250 milhões, “está agora em marcha lenta”. Segundo ela, “as perspectivas de renovação não são firmes e os recursos destinados à conservação estão cada vez mais reduzidos”. Ultimamente, fala-se mais no Banco Mundial “em rodovias e hidroelétricas para a Amazônia, tendência apoiada pelo governo brasileiro, que tem, no mínimo, visão de curto prazo”. Em outras palavras, numa hora em que salvar a natureza tem tudo para virar um bom negócio, o Brasil parece decidido a passar o ponto.

Se ele recua em silêncio não é por falta de gogó, porque isso o governo já nos cansou de provar que tem de sobra. A política externa brasileira raras vezes gostou tanto de uma boa fanfarronada. Mas Suzana Pádua, que é pessoa amável, faz o possível para ouvir, por trás do mutismo de Brasília, a palpitação de “um senso de orgulho, como se o Brasil não precisasse de ajuda, como se fosse auto-suficiente”. Quer dizer, vem aí o embaixador do autismo diplomático.

\*É jornalista. Este texto foi originalmente publicado no site [www.oeco.com.br](http://www.oeco.com.br).

Democracia JUSTIÇA  
 Responsabilidade Humanização  
 Cidadania  
 Igualdade  
 Liberdade  
 Qualidade

# CPFL Energia. Além do que você pode ver.



## O desafio de iluminar o mundo ao seu redor.

A CPFL ilumina a vida de 16,7 milhões de brasileiros em 523 municípios dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, prestando serviços de qualidade diferenciada, antecipando-se às necessidades de seus clientes. A CPFL sabe da sua responsabilidade no desenvolvimento do país e aplica a sua reconhecida experiência de gestão para apoiar as comunidades em que atua, através de projetos culturais, sociais e ambientais.



### Comprometimento com o futuro na geração de energia.

A CPFL trabalha com potência máxima para oferecer sempre a melhor energia para você. Com uma capacidade instalada de 1.072 MW, correspondente ao consumo residencial mensal de 6,6 milhões de habitantes, os seus investimentos não param de crescer. Em 2010, terá sua capacidade dobrada, com a conclusão das obras de quatro usinas hidrelétricas. São resultados que, aliados ao uso racional dos recursos naturais e a um planejamento voltado ao benefício da sociedade, dão à CPFL a honra de ser considerada uma referência no setor de energia elétrica e de poder contribuir para o desenvolvimento do país.



### Uma parceria segura na hora de escolher e completa na hora de atender.

No segmento de comercialização de energia, a CPFL atua em todo o território nacional, destacando-se como gestora e provedora de soluções energéticas. A melhor opção para empresas que buscam mais lucratividade e segurança no fornecimento de energia a longo prazo.



Agradecemos as mensagens do deputado estadual Antonio Salim Curiati, de São Paulo; da vereadora Bispa Lenice Lemos, de São Paulo; do deputado estadual Frederico Antunes, do Rio Grande do Sul; da responsável pelo setor de periódicos da Biblioteca Central Aluísio de Almeida, da Universidade de Sorocaba (SP), Jane Maria Armando. E agradecemos também a mensagem de Belisário dos Santos Jr., ex-secretário de Justiça e Defesa da Cidadania (Estado de SP), felicitando os 15 anos do Movimento e a iniciativa da publicação "Justiça, Cidadania e Democracia".

### A CARTA DA TERRA\*

#### Perâmbulo

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

#### Terra, Nosso Lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

#### A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana

tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

#### Desafios Para o Futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

#### Responsabilidade Universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local.

Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

## MPD E SECRETARIA DE JUSTIÇA REVITALIZAM PARCERIA

Em 9/2, a diretoria do Movimento do Ministério Público Democrático esteve presente em reunião com o secretário da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Luis Antonio Guimarães Marrey. O motivo: conversar sobre a parceria firmada no final do ano passado com a então secretária da pasta, Eunice Aparecida de Jesus Prudente. O Termo da parceria envolve a participação dos promotores e procuradores do MPD na revitalização dos CICs, Centros de Integração de Cidadania. “Os CICs são instrumentos que já existem e que precisam de revitalização. Tudo isso vai ao encontro do trabalho do MPD”, afirma Anna Trotta Yaryd, presidente do MPD. A Secretaria está preparando um diagnóstico sobre os centros e, tão logo saia o resultado, o MPD poderá colaborar. Marrey, que foi procurador-geral por três vezes, é também membro do Movimento do Ministério Público Democrático. Os CICs

foram criados em 1994 com a intenção de levar à periferia serviços que permitam o pleno exercício da cidadania, trabalhando pela inclusão social.



Arquivo da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania

Diretores do MPD se reúnem com Marrey para falar dos CICs

### DESENVOLVIMENTO E CONSUMO SUSTENTÁVEL

Realizado pelo Centro Operacional de Apoio do Meio Ambiente e Urbanismo do MPSP, Centro de Apoio do Consumidor e Escola Superior do Ministério Público e com o apoio do MPD, o seminário Desenvolvimento e Consumo Sustentável, em 16/3, levantou questões importantes na área. Participaram do evento Marilena Lazzarini, do Idec, José Geraldo Brito Filomeno, ex-procurador-geral de Justiça, Deborah Pierri, promotora de Justiça e coordenadora do CAO-Consumidor, Francisco Graziano Neto, secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Sérgio Abranches, jornalista, Marisa Rocha Teixeira Dissinger, procuradora de Justiça e coordenadora do CAO-UMA, Laura Valente de Macedo, do ICLEI, Rachel Biderman, da Gvces/FGV/SP, Roberto Carramenha, promotor de Justiça, Mário Ernesto René Schweriner, professor da ESPM, Roberto de Campos Andrade, promotor de Justiça, Carlos Cesar Barboza, promotor de Justiça.

### AGENTES POLÍTICOS E IMPROBIDADE EM DEBATE

Em 9/3, foi realizado na sede do MPSP, em São Paulo, “Agentes Políticos e Improbidade Administrativa”. Realizado pelo CAO-Cidadania e pela Escola Superior do MP, o evento teve o apoio do MPD. Participações especiais: dos políticos José Eduardo Cardozo e Plínio de Arruda Sampaio; do filósofo Roberto Romano; dos juristas Alexandre de Moraes e Rodrigo Collaço; dos jornalistas Franklin Martins, Fernando Rodrigues e Claudio Abramo. Estavam ainda presentes no evento o PGJ, Rodrigo Pinho, o coordenador do CAO-Cidadania, João Viagas, e a presidente do MPD, Anna Trotta Yaryd.

### MPD APÓIA FÓRUM PERMANENTE EM PARELHEIROS

Após a bem-sucedida experiência do curso Orientadores Jurídicos Populares – parceria entre CDHEP, MPD e Promotoria do Júri de Santo Amaro –, foi desenvolvido um Fórum Permanente em Defesa da Vida de Parelheiros e Marsilac. O Fórum reunirá uma vez por mês cerca de 50 lideranças comunitárias de vários grupos e segmentos sociais para detectar e debater problemas comuns e urgentes como moradia, violência doméstica e saúde pública. O MPD apóia essa iniciativa.

### MPD GANHA ESPAÇO NO SITE “ÚLTIMA INSTÂNCIA”

Desde 6 de março deste ano, os promotores e procuradores do Movimento do Ministério Público Democrático terão artigos publicados no site Última Instância ([www.ultimainstancia.com.br](http://www.ultimainstancia.com.br)) semanalmente. A idéia é falar do universo jurídico e de temas relevantes para a sociedade em geral – sempre com ênfase nas linhas do pensamento democrático sobre a Justiça. “É importante ter um espaço permanente numa das mais importantes revistas jurídicas eletrônicas”, afirma Roberto Livianu, membro do MPD. “Com essa importante parceria, o debate profundo, atual e democrático do mundo jurídico e suas repercussões na sociedade têm lugar de destaque assegurado”, afirma Camilo Toscano, editor do site Última Instância.

O site mantém parceria para fornecimento de conteúdo para o UOL, maior portal da América Latina. Segundo o Google Analytics, o UOL tem entre 4 e 6 milhões de “page views” por mês.

### VISITA

Registramos a visita do procurador da República peruano Elmer Rios à sede do MPD, em São Paulo.

emocracia, Responsabilidade, Cidadania, Justiça, Liberdade, Segurança, Humanização

Amazônia ano 2070...



Lobo<sup>oz</sup>

**OS PEDIDOS DE SOCORRO COSTUMAVAM  
CHEGAR DE ILHAS DISTANTES**

**AGORA CHEGAM  
DE ILHAS  
MAIS PRÓXIMAS**

**CIMBRA 2007**  
Conferência Ilhas Marinhas do Brasil  
Fórum Exposição Comunidade

Participe do primeiro Fórum Ilhas Marinhas do Brasil, para buscarmos juntos caminhos e soluções para as questões que envolvem esse patrimônio de nosso país.

Com a presença de grandes especialistas, vamos debater com dinâmicas participativas os seguintes assuntos:

- Mudanças climáticas e adaptação em Ilhas
- Ilhas e Humanidade
- As Vidas nas Ilhas
- Pensando e Repensando a Ocupação Humana nas Ilhas
- Questões Globais e as Ferramentas da Rede Ilhas Marinhas do Brasil

As Ilhas brasileiras pedem ajuda, colabore.

**de 24 a 27 de Maio**

Casa de Retiros

Vila Fátima

Sul da Ilha de Santa

Catarina - Arquipélago de

Florianópolis

Inscrições e informações:

[www.ilhasdobrasil.org.br](http://www.ilhasdobrasil.org.br)

Tel.: 11 3045-6743

Realização



Apoio



**Dinheiro**  
A REVISTA SEMANAL DE NEGÓCIOS

**go Outside**  
Mão Susanao deafilia. E você?



Patrocinador



FUNDAÇÃO O BOTÂNICO DE PROTEÇÃO À NATUREZA





# RT CÓDIGOS VADE MECUM RT RT MINICÓDIGOS 2007

Aos melhores, o melhor. Você pode confiar na RT: esta marca vem com 95 anos de experiência e tradição.

### Vade Mecum RT

Atualizado até 16.01.2007.

- Mais de 300 normas em 2.144 páginas. Impressão em 2 cores, papel e letras especiais.
- + Adendo especial com Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, de 22.01.2007.
- + Capa plástica protetora, fitas marcadoras e etiquetas adesivas identificadoras.
- + Brochura de 128 páginas com conteúdo doutrinário de 10 matérias.
- + CD-ROM com mais de 700 normas, com versão para palm-top.

### RT Códigos

Conteúdo completo, nova diagramação, fita marcadora e acabamento cartonado.

### RT MiniCódigos

Novo formato, novo papel, fita marcadora e etiquetas identificadoras. Mais portátil e com mais conteúdo.



Faça seu cadastro e tenha, pela internet, vantagens exclusivas: atualização gratuita até 1º.11.2007, com texto formatado e pronto para encaixe no volume; acesso a palestras com os maiores juristas do País; e cupom de desconto para compras em nosso site.

Os mais atualizados do mercado